



Sônya Maria Pires Brandão

Uma experiência profissional: Trabalho Infantil – Estratégias de Mudança.

Dissertação de Mestrado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, sob orientação da Professora Doutora Virgínia Ferreira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sônya Maria Pires Brandão

**Uma experiência profissional: Trabalho Infantil – Estratégias de
Mudança.**

Dissertação de Mestrado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, sob orientação da Professora Doutora Virgínia Ferreira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil; Direitos da Criança; Inclusão Social; Abandono Escolar; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

RESUMO

Neste trabalho dá-se conta de uma experiência profissional no âmbito da problemática do trabalho infantil, com suas vertentes no campo jurídico, político e social. Procedeu-se, à análise das mutações nos processos de exploração no mundo das crianças, escrutinando o modo como o trabalho infantil se insere na valorização do trabalho abstracto, bem assim como certos padrões culturais contribuem para reforçar a exploração do trabalho.

São analisadas as políticas públicas com suas estratégias de mudança desde que emergiram na formação do estado brasileiro à alteração consagrada na Constituição Federal de 1988 e, no contexto de várias mobilizações sociais, que levaram à aceitação e até mesmo à compreensão de que crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos nos marcos legais. A partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente intensificaram-se as políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Como fenómeno empírico foram analisadas as acções desenvolvidas em Teresina capital do Piauí, no período de 1996 a 2003, nos programas Projecto de Acção Integrada, da Prefeitura Municipal e o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, do Governo Federal. A opção por este microcosmo da realidade social brasileira tem por base a possibilidade de uma análise concreta da aplicabilidade dos princípios básicos dos Direitos Humanos, bem como da presença do Estado democrático na sociedade brasileira.

O estudo comporta essencialmente uma abordagem técnica dos riscos sociais e físicos a que crianças e adolescentes estão submetidos, priorizando as olarias e o depósito de lixo da cidade. Por fim, a análise fundamentada dos dados pesquisados e das acções dos órgãos governamentais e não governamentais que trabalham em defesa da criança permitiu a formulação de algumas recomendações.

KEYWORDS

Children's Labour; Children's Rights; Social Inclusion; Strategies of Change; Children's Labour Eradication Program.

ABSTRACT

This work reports a work experience within the scope of child labour, and places the discussion in law, political and social fields. The analysis of the mutations in the exploration process in children's world was made, scrutinizing the way children's work is placed in terms of the valorization of abstract labour, as well as the way certain cultural patterns contribute for work's exploitation reinforcement.

Public policies with the strategies of change that emerged from the formation of the Brazilian state till the change consecrated in the Federal Constitution of 1988 and, in the context of several social mobilization, which led to the acceptance and understanding of children and teenagers as being individuals endowed of legal rights, are analyzed within the scope of this work. Since the approval of the Child and Teenager's Statute, public policies against child work have been object of growing intensification. As empirical phenomena, the actions developed in Teresina, capital city of Piauí, between 1996 and 2003, concerning the programs "Projecto de Ação Integrada" of the Prefeitura Municipal and "Programa de Combate ao Trabalho Infantil" of the Federal Government were analyzed. The option for this microcosmos of the Brazilian social reality is based both on the possibility of making a concrete analyze of the basic principles of Human Right's applicability, as well as the presence of the Democratic State in the brazilian society.

The study presents, essentially, a technical approach of social and physical risks at which children and teenagers are submitted, giving special attention to pottery and to city's garbage dump. Finally, the analyze of the data and of the actions putted into practice by governmental institutions, as well by non governmental ones, that work for the defense of children as permitted the formulation of some recommendations.

“E a História humana não se desenvolve apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenvolve também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos colégios, nos prostíbulos, nas usinas, nos namoros de esquina.

Disso eu quis fazer minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada de vida obscura e injustiçada.

Porque o canto não pode ser uma traição à vida. E só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e coisas que não tem voz.”

Ferreira Gullar.

DEDICATÓRIA

Dedico estas horas de pesquisa e de busca de novos conhecimentos:

Ao meu pai, à minha mãe, aos meus tios e tias, irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, fonte de amor sempre buscada por mim.

Às minhas filhas Vanessa e Roberta, ao meu filho Jim, meus netos João Pedro e Maria Alice que ensinam-me a amar sem medida.

Aos meus amigos e amigas que compartilham comigo a generosidade.

Aos meus colegas de trabalho Marina, Bisé, Evandro, José Luís, Abreu, Magnólia, Solange, Simone e em memória ao Luiz Rocha, todos, solidários nos pensamentos e nas acções de transformação da nação brasileira.

Aos colegas de mestrado, em especial, a Marta, Rosana, Giorgia, Hector, Pablo, José Veludo, Olinda que amenizaram as minhas deficiências e a saudade.

Aos que acreditam que podem mudar a realidade da nação brasileira.

Aos meus professores e professoras, fonte do saber e do respeito às diversidades da pessoa humana.

Aos caminhantes que passam pelo meu caminho e perfumam as minhas mãos, em especial ao Emídio, que conseguiu enxergar-me além dos estereótipos.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| AGRADECIMENTOS | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPITULO I: O MUNDO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES: ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 6 |
| 1.1. RAÍZES HISTÓRICAS: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL | 6 |
| 1.2. FENÓMENO SOCIAL | 9 |
| 1.3. AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E URBANO | 12 |
| 1.3.1.A AUSÊNCIA DA ESCOLA | 14 |
| 1.3.2.DO MERCADO DE TRABALHO | 20 |
| 1.4. DAS ACÇÕES GOVERNAMENTAIS | 23 |
| 1.5. DO ORDENAMENTO JURÍDICO | 27 |
| | |
| CAPÍTULO II: RELATO DE UMA EXPERIENCIA PROFISSIONAL | 32 |
| 2.1. ANÁLISE TÉCNICA DO TRABALHO INFANTIL | 39 |
| 2.1.1.NO “ LIXAO” NO KM 07, ZONA SUL DE TERESINA | 39 |
| 2.1.2.PROJECTO DE ACÇÃO INTEGRADA | 45 |
| 2.2. NAS OLARIAS, ZONA NORTE DE TERESINA | 50 |
| 2.2.1.PROJECTO DE ACÇÃO INTEGRADA-PAI | 54 |
| | |
| CAPÍTULO III: ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA-CONTEXTUALIZAÇÃO | 57 |
| 3.1. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI | 57 |
| | |
| CONCLUSÕES | 67 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |
| | |
| ANEXO - OUVINDO OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL PETI E/ OU BOLSA FAMÍLIA. | |

LISTA DE SIGLAS

- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.
- DRT** – Delegacia Regional do Trabalho.
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- GECTIPA** – Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano.
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- LOA** – Lei Orgânica da Assistência Social.
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego.
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho.
- OG** – Organização Governamentais.
- ONG** – Organização Não Governamentais.
- ONU** – Organização das Nações Unidas.
- PAI** – Projecto de Ação Integrada.
- PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- PIB** – Programa Internacional Bruto.
- PMT** – Prefeitura Municipal de Teresina
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio.
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRT** – Procuradoria Regional do Trabalho.
- SEAS** – Secretaria de Assistência Social.
- SEDH** – Secretaria dos Direitos Humanos.
- SEMCAD** – Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente
- SETAC** – Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários do Estado do Piauí.
- S.M** – Salário Mínimo. Representa a contraprestação mínima mensal, paga a um trabalhador no Brasil, hoje, em torno de 200 dólares mensais.
- UNESCO** – Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, filhas e filho que nunca questionaram a minha audácia de buscar outros mundos.

À minha Teresina, terra do calor humano!

Aos que fazem a Delegacia Regional do Trabalho, a Prefeitura Municipal, a Arquidiocese de Teresina, a Ordem dos Advogados, a Procuradoria Regional do Trabalho, que souberam a hora de fazer mudança.

Aos intelectuais e estudiosos.

À minha orientadora, professora maior, Virgínia Ferreira, que ajudou-me a arquitectar estas páginas.

E em especial a Deus, fonte de AMOR infindável.

INTRODUÇÃO

No mundo existe uma cultura de que a promoção dos Direitos Humanos se faz em instância pública e através de mecanismos internacionais. A lei e a acção governamental seria o bastante para se garantir os direitos da pessoa humana. No Brasil este pensamento de que a “lei resolva” ainda é bastante firmado no inconsciente colectivo.

O estudo realizado assenta na vivência por dentro do campo jurídico, na experiência profissional em defesa dos direitos individuais e colectivos das pessoas, como jurista, integrada nos serviços de inspecção do trabalho. O desempenho dessas funções profissionais familiarizou-me com a realidade no sertão nordestino, tomando por base territorial Teresina, capital do estado do Piauí, onde os índices sociais são assustadores e o processo de exclusão social é uma constante, envolvendo os mesmos grupos familiares, de geração em geração, cujos membros são em sua maioria oriundos da zona rural, migrantes, em busca de melhorias de vida.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, nunca foi representado como um fenómeno negativo na mentalidade da nação brasileira. Este pensamento revestia-se de várias formas e ideias perpetuando-se na sociedade brasileira, mantendo inquestionável durante séculos. Frases tais como “É natural o pai ensinar o trabalho para o filho”, ou “É melhor a criança trabalhar do que ficar na rua exposta ao crime e aos maus costumes”, e, ainda, “Trabalhar educa o carácter da criança”, ou na economia “É bom a criança ajudar a família”, traduziam o conceito fortemente infundido de que “trabalho é solução para a criança”.

Por muito tempo, até no processo de democratização no final dos anos 80 e meados dos anos 90, muitos empregadores entendiam como uma espécie de favor à criança alegando que estava oferecendo, apenas, uma oportunidade de “aprender um ofício”, de “ganhar uns trocados” ou de “aproveitar o tempo em algo útil”. Não viam nada de mal em aceitar uma criança numa fábrica, numa oficina, numa pedreira, no corte da cana-de-açúcar, numa salina ensacando sal, carregando barro nas olarias, separando lixos orgânicos e assim por diante. O próprio governo federal, nos meados dos anos 80 e até o início dos anos 90, mantinha programas sociais onde a criança

prestava serviço em estacionamento de veículos, ensacando mercadorias em supermercados. O “beneficiado” assim denominado os participantes do programa não tinham seus direitos trabalhistas reconhecidos, mas às empresas empregadoras eram assegurados os incentivos fiscais. O programa tinha o título bizarro de “ O Bom Menino”.

Pelos idos de 1993, começou a ser visto criticamente quando os Tribunais do Trabalho foram, aos poucos, acatando como vínculo empregatício os contratos dos meninos e meninas, não considerando a tese de que o programa servia para treinamento da mão-de-obra. As actividades desenvolvidas não precisavam de formação e nem traziam desenvolvimento social para estes meninos e meninas. A fiscalização do Ministério do Trabalho iniciou o processo, pois à época até mesmo os sindicatos, omitiam de sua agenda de reivindicação a questão das crianças trabalhadoras. Havia uma máxima no pensamento da sociedade brasileira: “lugar de criança pobre é no trabalho.”

Sabe-se que a grande motivação para a imutabilidade do trabalho infantil é o estado de pobreza da família que induz ao labor todos os seus membros, de qualquer idade e sexo, em busca de uma renda diminuta que acaba por não ajudar e sim atrapalhar a própria família, uma vez que, ao sacrificar o desenvolvimento através da escola e da busca do conhecimento, torna-se um factor determinante na fixação nas condições de pobreza permanente. Num futuro próximo a criança tem a exclusão do mercado qualificado como certa, uma exclusão real, no mundo da ideologia da competência técnica e científica.

Seja pelas necessidades das famílias submetidas à pobreza, pela divisão do trabalho manual e intelectual ou pelo suposto carácter pedagógico ou educativo e mesmo de formação humana atribuídos ao trabalho, a exploração do trabalho infantil está registada com inúmeros métodos e locais na história do Brasil.

A extensão desta exploração está regulada pelas características da família à qual pertencem as crianças e adolescentes, o que não se refere apenas ao nível de acesso a bens e serviços materiais e culturais (educação), mas também às suas formas de inserção no mercado de trabalho e à própria estrutura familiar. É preciso empreender-se uma nova política, usando as ciências sociais para se repensar o olhar sobre o mundo do trabalho das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Para realizar o presente projecto, tomou-se como base o conhecimento pessoal das políticas públicas que lançaram estratégias de mudanças, bem como a aplicabilidade e até inaplicabilidade dessas iniciativas. Nesse sentido, buscou-se responder a seguinte questão:

- * *De onde vêm estes pequenos trabalhadores?*
- * *Quais são os factores que interferem no processo?*
- * *Quais as actividades económicas envolvidas no sistema?*
- * *Quais os efeitos do trabalho precoce na formação física, psíquica e social, desta criança?*
- * *Como agem os actores sociais da sociedade brasileira no combate ao trabalho infantil?*
- * *Quais os resultados dos programas governamentais: Projecto de Acção Integrada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nas Olarias e no “lixão” de Teresina?*

A base empírica do estudo é constituída pelas iniciativas desenvolvidas em Teresina, no período de 1996 a 2003, objectivando examinar o tratamento da questão do trabalho infantil, sob a égide do novo padrão de organização das políticas sociais. Como será visto, ao princípio, as acções de enfrentamento dessa problemática tenderam a reproduzir as características do padrão anterior, mesmo levando-se em conta a sua complexidade e o legado histórico das políticas sociais brasileiras é difícil admitir-se que houve uma mudança profunda na cultura que fomenta o trabalho infantil.

Como procedimentos metodológicos adoptou-se uma forma de divisão do trabalho em capítulos, sendo que ao Capítulo I coube, além do enquadramento teórico, o registo do mundo do trabalho destas crianças e adolescentes, no decorrer dos tempos de formação do Brasil. É feita referência aos factores que contribuíram para a sua formação social e económica, bem como os seus efeitos e consequências no processo de exclusão vivenciados por este segmento da população brasileira. A revisão da literatura sobre a caracterização do trabalho infantil como um fenómeno social foi também feita neste capítulo.

Uma retrospectiva das acções governamentais é feita e desvendadas as “mãos” que esconderam estas crianças e adolescentes dos olhos da sociedade brasileira de

uma forma muito especial. Esta pesquisa incide no período em que foram incrementadas, representando o pensamento da nação brasileira e de seus actores sociais, numa análise corroborada pelos estudiosos, com suas críticas muito bem fundamentadas, somado aos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia, o IBGE. Assim pode-se aceitar a máxima de que a sociedade brasileira pensava, aceitava e validava com o pensamento de que a criança em situação de risco social deveria trabalhar. A história das leis, regulamentos, resoluções que compuseram o ordenamento jurídico desde o tempo do Brasil colônia a 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, fortalece este pensamento.

No capítulo II, consta um relato da experiência profissional vivenciada como Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho, na regional do estado do Piauí, com a apresentação dos riscos à saúde e os riscos sociais a que estão sujeitos estes meninos e meninas no trabalho. É referida a criação de um fórum onde todas as organizações governamentais e não governamentais encontram-se para debater e apresentar acções de combate ao trabalho infantil e a força da vontade política de modificar o que era considerado imutável. Portanto, tem uma fundamentação muito forte nos dados encontrados pela fiscalização do trabalho, com as devidas avaliações técnicas, pela Procuradoria do Trabalho, na feitura dos Ajuste de Condutas com as partes envolvidas e com a tomada de consciência da realidade exposta aos sectores responsáveis pelas acções de defesa destes meninos e meninas encontrados em situação de risco social.

O capítulo III veio relatar uma estratégia de mudança proposta pelo governo federal, com o seu Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nacionalmente conhecido como o PETI. A metodologia do projecto, sua forma de acesso, as exigências técnicas, bem como os objectivos específicos foram apresentados. Neste capítulo, contém as análises e também as críticas das autoridades que participaram do projecto nacional, bem como, dos responsáveis directos pela sua aplicação.

Nas conclusões ou considerações finais, consta uma observação do que foi feito e o que ainda deve ser feito como estratégias de mudança. As propostas estão fincadas na experiência profissional desenvolvida na área das relações do trabalho representando a Administração Pública do Brasil.

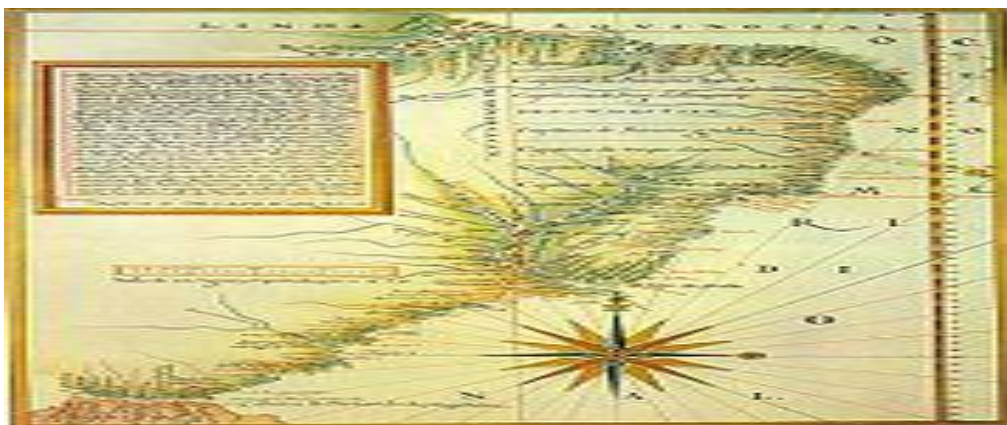
As análises começam aqui, para encontrar as respostas foi necessário olhar, sentir e pesquisar nos relatórios, diagnósticos, planos de acções, inquéritos e

processos administrativos. Atas das reuniões do Fórum Estadual de Combate ao trabalho Infantil serviram de subsídios para relatar os fatos vivenciados. Uma fonte importante de sustentação do trabalho firma-se nas entrevistas realizadas, em Fevereiro deste ano, com 33 crianças participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, seus instrutores, professores e directores e demais técnicos da área social da Prefeitura Municipal de Teresina. Estas entrevistas retratam a realidade actual. As fotos tem assentamento para avivar a memória e evidenciar o antes e o depois, num espaço de tempo de mais de 10 anos.

CAPÍTULO I

O MUNDO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.1. RAÍZES HISTÓRICAS: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL



Capitanias hereditárias, Luís Teixeira (Cosmógrafo Real, Lisboa, 1586).

O conhecimento da nossa história ajuda a entender a realidade brasileira, principalmente, o fenómeno do trabalho infantil e o da desigualdade social, cujas raízes nos levam ao Brasil colónia, na divisão económica e administrativa em Capitanias hereditárias.

Portugal para proteger os domínios da terra brasileira resolveu dividir o território em 15 faixas de terras limitadas pelo oceano Atlântico e a linha determinada no Tratado de Tordesilhas acordado em 1494, entre Portugal e Castela. Os donatários, senhores proprietários, tinham amplos poderes, incluindo o da distribuição da propriedade e a obrigação de se defenderem dos índios e estrangeiros. Consolidou-se nesta época, os direitos do reino de Portugal aos tributos.

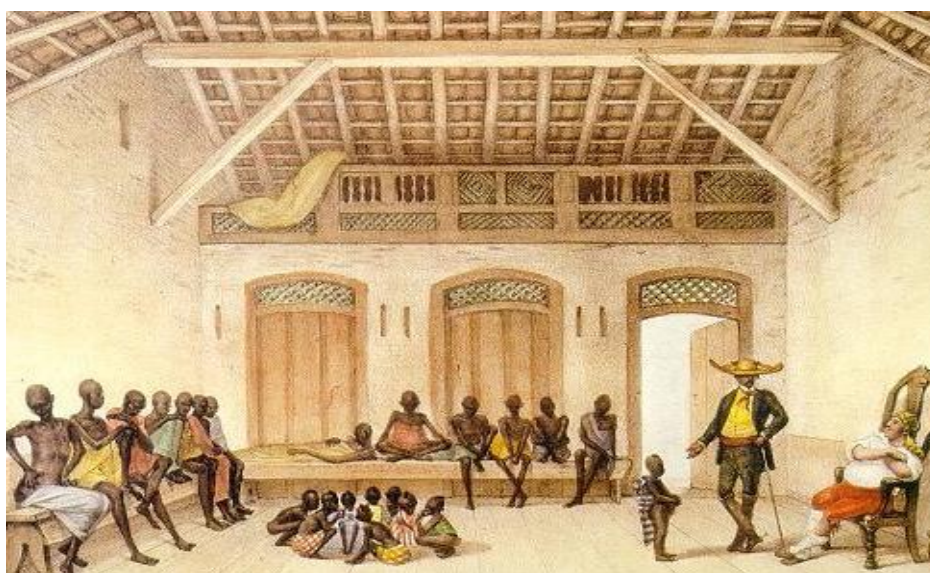
As elites do Brasil colonial conservaram o entendimento económico-financeiro da valorização da terra e do uso da mercadoria maior – a pessoa humana. A renda oriunda da monocultura se centralizava nas mãos dos senhores sem permitir o acesso de novas propostas do capitalismo - o sistema de produção e consumo. “Era rico quem possuía - bens imobiliários, terras e engenhos, e semoventes, como escravos e rebanhos” (Vianna, 1988: 48).

Assim com este relato se define a realidade vivenciada à época:

Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos. A partir dos

quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se dos seus genitores era coisa comum. Aos doze anos o valor de mercado dessas crianças já tinha sido dobrado. E por que? Pois considerava-se que seu adestramento estava concluído e nas listas dos inventários já apareciam com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformada em pequenas e precoces máquinas de trabalho. (Priore, 2008: 12).

A escravidão atravessou quase 4 séculos, e somada ao extermínio dos povos indígenas, marcou profundamente a estrutura social brasileira. O trabalho infantil tem sua entrada no território com esta prática da falta de respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, mas há ainda que contar com os trabalhos exercidos nas embarcações portuguesas pelos “Grumetes” como tripulantes, meninos de origem pobre que eram contratados para as viagens até as colônias. Os seus pais recebiam os soldos em Portugal, mas a maioria morria antes do término da viagem.



Mercado de escravos, Debret. Ilustração do início do século XIX.

Com a abolição da escravatura e a Independência do Brasil, em 1822, nada mudou na situação de extrema pobreza de grande parte da população brasileira. Os escravos e seus filhos, embora legalmente libertos, continuaram presos aos “coronéis” e sujeitos ao seu domínio, principalmente na região do Nordeste brasileiro, qualificando assim a outra servidão.

O contexto colonial piauiense assemelha-se ao do Brasil, do mesmo período, onde existia uma sociedade paternalista na qual a família patriarcal desempenhava papel de destaque. Para Eni de Mesquita Samara, o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocata, bem como, a descentralização administrativa e a acentuada dispersão populacional, são fatores que provocaram a instalação de uma sociedade do tipo paternalista no Brasil, desde o início da colonização... E Ronaldo Vainfas, ao fazer uma nova leitura de Gilberto Freire e Antônio Cândido sobre o patriarcalismo brasileiro, diz que a noção básica que norteia estes estudiosos é a família enquanto parentela, rede de poder e dependência. A família de elite no Piauí é do tipo patriarcal, sobretudo em face das estruturas de poder baseadas na escravidão, na prepotência senhorial e em tradições culturais europeia (Brandão, 1995: 289).

As modalidades de distribuição da terra, a economia ancorada no latifúndio, na monocultura e no escravizo, geraram um processo de exclusão fundamentado na privação do acesso à propriedade, dos índios e dos negros e respectivos descendentes. Como herança colonial, firmou-se também a força da política do comércio exterior, mesmo em prejuízo das necessidades da população nacional. Os nossos melhores produtos, particularmente os agrícolas, até hoje, são destinados à exportação. Tudo isso está enraizado na prática exploratória portuguesa, como nos explica Caio Prado Júnior em:

É com tal objectivo, objectivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção as considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileira... O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, do seu estatuto colonial (Junior, 1999: 32; 127).

O Brasil rural marcou fortemente a formação económica do Brasil. As crianças pobres tinham o destino certo cortar cana, apanhar café ou outra actividade que o mercado determinasse. Empurradas para fora da escola por falta de uma política estatal, acentuou-se a situação de miséria de meninos e meninas pobres. Assim, desenvolver estudos sobre o trabalho infantil brasileiro é aquilatar as políticas económicas do Brasil e mais ainda é sentir as mudanças de pensamento da sociedade através dos tempos. Gilberto Freire (1911) nosso contador da história do nordeste brasileiro, desejou muito escrever sobre a vida da criança brasileira, e resume sabiamente, deste modo, os seus mundos:

Escrever uma história do menino da sua vida - dos seus brinquedos, dos seus vícios brasileiros, desde os tempos coloniais até hoje. Já comecei a tomar notas na biblioteca de Oliveira Lima (anotava ele) nos cronistas coloniais, nos viajantes, nas cartas dos jesuítas. Sobre meninos de engenho, meninos do interior, da cidade. Os órfãos dos colégios jesuítas. Os alunos dos padres. Os meninos mestiços. De crias de casa grande. De afilhados de senhores de engenhos, de vigários, de homens ricos, educados como se fossem seus filhos por esses senhores. É um grande assunto. E creio que só por uma história deste tipo - sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica -será possível chegar-se à uma ideia sobre a personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem. (Priore, 2008: 11-12).

Na Revolução Industrial, no ápice da exploração, muitos historiadores apontam para um agravamento da utilização de mão-de-obra infantil. Em 1861, o censo da Inglaterra mostrava que quase 37% dos meninos e 21% das meninas de 10 a 14 anos trabalhavam. Pesquisa recente feita por Tuttle (1999) mostra que crianças e jovens com menos de 18 anos representavam mais de um terço dos trabalhadores nas indústrias têxteis da Inglaterra no início do século XIX e mais de um quarto nas minas de carvão. Além da intensidade do trabalho infantil na Inglaterra, outros países também

apresentavam taxas elevadas de crianças trabalhando no período de 1830 a 1840, como França, Bélgica e Estados Unidos.

No Brasil, a industrialização veio a reboque dos demais países da Europa, mas somente, quando da chegada dos imigrantes europeus, fomos apresentados ao trabalho infantil nas fábricas. É muito recente o parque industrial, no entanto, rapidamente alcançou a diversificação e auto transformação, centralizado na região sul e sudeste, agravou as desigualdades sociais e regionais. E continua tudo igual no novo século. O “Século Perdido” de Irene Rizzini é o título mais certo para o livro que conta a história do Brasil até aos dias de hoje, mas no plural, claro, já que são mais de 500 anos: Os Séculos Perdidos.

Tomando por exemplo a realidade da crise económica que assola presentemente o mundo, o governo brasileiro reduziu impostos sobre os produtos industrializados oriundos das montadoras de veículos, em sua grande maioria sediadas em São Paulo. Não sendo nem o norte nem o nordeste contemplados com nenhuma acção. Não fazem parte do Brasil, ainda. Até quando?

I.2. FENÓMENO SOCIAL



Retirantes (1944) Portinari

Fonte: Jornal “O Diário de Pernambuco

Define-se a exploração do trabalho infantil no Brasil como qualquer actividade profissional desenvolvida por crianças e adolescentes menores de 16 anos, visando ou não uma contraprestação económica ou financeira. Mesmo que seja para sua sobrevivência, não perde a característica de exploração. Excepção dada aos maiores de 14 anos e menores de 16 anos, estudantes de escolas profissionalizantes, na condição de aprendiz (cursos técnicos). Aos maiores de 16 anos, é permitido o trabalho dentro das exigências legais, prevista na legislação do trabalho.

Erradicar o trabalho infantil é uma missão complicada, em um país que apresenta nas várias regiões, características diversas. Frequentemente associado à pobreza e à desigualdade, constitui uma forma desumana de dificultar a mobilidade social inter e intrageracional. A participação precoce de crianças na força de trabalho é uma das consequências de uma adversa situação econômica e social que compromete o bem-estar das famílias.

O crescimento populacional desde os anos 60, quando o Brasil tinha 70 milhões de habitantes, converteu-se num factor importante de agravamento do fenómeno do trabalho infantil. O aumento da população seguiu uma curva ascendente, elevando a população para 93 milhões de habitantes, em 1970; 119 milhões, em 1980; 147 milhões, em 1990; e 170 milhões, em 2000. É um dos agentes de desestruturação da sociedade brasileira, pela falta de política pública a médio ou longo prazo na solução da problemática a nova situação demográfica.

Tal tendência trouxe consigo uma configuração populacional na qual a proporção de crianças e jovens com idade entre 5 e 17 anos tornou-se expressiva. Em 1980, esse segmento era de 37,5 milhões de pessoas, ou 18,8% da população total; em 1990, as crianças e adolescentes somavam cerca de 44 milhões de pessoas, ou seja, 29,93% da população. Esse aumento do número de habitantes, dentro da faixa etária de referência, só recuou no final desta última década. Em 2002, a totalidade de pessoas com idade entre 5 e 17 anos baixou para 42,8 milhões, correspondendo a 25,5% da população (Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, 2004: 13).

Em 2007, quando da Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicilio, a PNAD, foi constatada uma nova realidade do trabalho infantil. O fenómeno continua a agir com muita força nas regiões brasileiras. A questão da pobreza do norte e nordeste interfere na permanência desta realidade. Por este mapa abaixo se sente a concentração de meninos e meninas explorados nestas regiões. Alguns dados devem ser analisados em separado tendo em vista a diminuição do índice populacional das regiões sul e sudeste e da pouca densidade demográfica da região norte do Brasil.

Mapa do Trabalho Infantil no Brasil -2007/ IBGE



Estado do Piauí: Teresina, local de desenvolvimento do trabalho.

Conhecer a realidade do trabalho infantil é tomar ciência das condições desumanas do dia-a-dia destes meninos e meninas. Eliane Montenegro (2006;63) cita a Unicef nos estudos publicados em 1997 e revela o trabalho infantil como um fenómeno social:

O trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos é um fenómeno social existente em todo mundo, desenvolvido ou não. Apenas a sua gravidade e intensidade é que altera de país a país. Países como o Brasil, cujo padrão de desenvolvimento apresenta uma distribuição de renda injusta, com desigualdades regionais muito profundas e onde existe um contingente de famílias em situação de extrema pobreza, associada às precárias condições de escola pública a que seus filhos têm acesso acarreta a necessidade, por parte dessas famílias, de utilizar o trabalho precoce de seus filhos (Unicef, 1997).

Estas crianças sobrevivem em situação de indigência. Segundo Lima:

No novo milénio, os diferentes graus de exploração se reproduzem e são criadas novas formas de subtrair da força de trabalho de adultos e crianças valorizando ganhos e lucros em detrimento de valores éticos e humanitários. Nesse sentido, o trabalho de crianças e adolescentes constitui um aspecto particular da exploração no mundo contemporâneo. O novo padrão de acumulação capitalista no Brasil tem acentuado os níveis de desigualdade, exclusão e desemprego, e a exploração infantil tem relação com toda a crise (Lima, 2001: 65)

1.3. AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E URBANO

O que determina o trabalho infantil incontestavelmente é a pobreza, mas, cabe colocar em discussões algumas determinantes, destacadas pela literatura sobre este tema. Inclusive as mudanças ocorridas no perfil das cidades brasileiras. Teresina, a cidade objecto deste estudo, é um modelo típico, pela sua posição geográfica.

Segundo o IBGE, Teresina desempenha o papel interessante de “capital do meio norte” brasileiro e se apresenta como a única capital do nordeste que se localiza no interior. A sua posição geopolítica é muito estratégica, se posiciona como ponto de ligação entre o norte e o nordeste, ligando-se a Estados como Pará, Tocantins, Maranhão, Ceará, e inclusive Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, criando assim laços sociais e políticos a nível nacional.

O papel económico e cultural da cidade alcança bem mais que seus 800 mil habitantes. Influencia directamente uma região com mais de cinco milhões de pessoas carentes ou não, na prestação de serviços públicos, o que nem sempre é reconhecido pela administração pública federal, principalmente na distribuição de verbas públicas nos sectores da saúde e da educação, acarretando um ónus muito pesado aos cofres

públicos do município. O comércio é também uma actividade recorrente desta população pelo que se justifica, em parte, a migração tão intensa.

A formação das favelas, associada às dificuldades em resolver os problemas sociais, vem apresentando novas feições e questionamentos sobre o modo de vida urbano e nomeadamente uma sensível decadência das cidades. Convive-se de um lado com o crescimento verticalizado das edificações e condomínios diferenciados dos ricos e do outro lado com os conjuntos habitacionais dos pobres em locais distantes e periféricos em todos os sentidos. Lima (2001) afirma em seus estudos que no Brasil o conceito de pobreza envolve também os aspectos culturais e políticos, dando origem, em muitos casos, às discriminações sociais.

Os pobres se tornam vulneráveis pelas ações de muitos outros agentes sociais. A solução da problemática não se restringe à promulgação de direitos nem à aplicação de políticas públicas, mas pelo reconhecimento na e da sociedade, e pela interação social e aceitação do pobre em si. A questão da pobreza no Brasil se apresenta num grau muito elevado de complexidade.

Quem são então estes meninos e meninas explorados? São os sobreviventes da zona rural do sertão nordestino.



Fonte: OIT/MTE/UNICEF/Acervo Próprio

Vivem de uma forma muito primitiva. A janela para olhar o mundo é pequena, estreita e nebulosa. Olhar além deste mundo, requer uma imaginação que somente os livros poderiam ensinar. E a escola? Trabalham desde pequenos numa economia de subsistência em âmbito familiar ou não. A agricultura no Brasil é feita em grande escala.

Quilómetros e quilómetros de plantação com todos os recursos tecnológicos, em suma, empresarial. Um mundo verde onde o ser humano foi substituído pela máquina.

Com a agro-indústria brasileira em expansão, são enxotados de seus mundos, obrigando-os a fugirem para as cidades em busca de acolhimento, em outras palavras, correm atrás de um processo de inclusão social mais justo. Mas a realidade é outra, no Brasil aproximadamente 82% da sua população compõe o cenário urbano, ostentando uma desigualdade social estarrecedora.

Em quase sua totalidade, estes meninos e meninas do mundo do trabalho urbano descendem destes migrantes, oriundos da zona rural ou de outras cidades pequenas, sempre fugindo, ora do eterno fenómeno da seca sertaneja ou da falta de política voltada para a fixação à terra, em suma, dos efeitos das desigualdades regionais do Brasil.

Várias modalidades qualificam a miséria do mundo: o desemprego, o jovem da favela, o sem teto, o sem terra, uma multiplicidade de situações. Nessa condição Castel (1997) chama a atenção para o uso impreciso da palavra exclusão, pois encobre e representa, ao mesmo tempo, o estado actual da questão social. Os excluídos para Castel são os indivíduos que não participam de nenhuma forma nas relações de produção da riqueza e do reconhecimento social. Castel cita o "desenraizamento" como fenómeno fundamental para o começo do processo de exclusão, somado à falta de acesso ao património e ao trabalho regulado. Na verdade, recorrendo ao êxodo rural em busca do emprego, fazem rupturas muito profundas com suas raízes e não tendo estudos nem habilidades profissionais para enfrentar o mercado de trabalho, limitam-se a desempenhar as funções de "ajudante de pedreiro", de serventia doméstica, ou de comerciante ambulante, os denominados "camelôs".

1.3.1. A AUSÊNCIA DA ESCOLA

A pesquisa e o desenvolvimento reforçam a base científica da produção e da gestão, exigindo uma mão-de-obra especializada e adequada para uma melhor inserção na rede de interacção económica. Assim a educação e a economia são baseadas na ciência, na tecnologia, na gestão e na produção.

Uma nova sociedade intensiva do conhecimento surge aberta para a produtividade em todos os sentidos e com um efeito muito forte de exclusão social,

ao substituir a mão-de-obra com muita rapidez por processos informatizados, atingindo assim, todos os sectores da economia.

Dentro da lógica da mais-valia relativa, o sistema produtivo procura trabalhador capaz de produzir mais e melhor, não mais criticamente consciente e capaz de mudar a história, inclusive do capitalismo. No fundo valoriza-se aquele conhecimento que ainda mantém a mesma pobreza política, o que revela a face virulenta do conhecimento, como diria Foucault: é bem possível produzir conhecimento sofisticado para melhor produzir a ignorância (...) O Terceiro Mundo, a rigor nunca teve oportunidade de ingressar neste clube seletivo e restrito, porque sua função histórica, no jogo das desigualdades, sempre foi, pelo menos em parte, de suportar os privilégios centrais. Tal qual sucede com as populações pobres internas dos países, no confronto entre nações, as ricas aceitam, por vezes, distribuir recursos, mas jamais redistribuir, implicando mudanças estruturais no espectro das desigualdades (Demo, 2000: 41).

As mulheres migrantes da zona rural sofrem, mais ainda, desta realidade do mercado de trabalho e da falta de instrução e preparo para a “cidade grande”. As suas aptidões se restringem às actividades domésticas sem muito conhecimento da realidade dos costumes das cidades. A discriminação ainda é mais forte. Assim, nesta área recomeça uma nova lida, tendo que manusear electrodomésticos nunca imaginados, matérias-primas nunca vistas.

Conforme um estudo realizado pelo Instituto de Política e Economia Aplicada, o IPEA, e a Organização das Nações Unidas, OIT, o Brasil precisa:

Dar especial atenção às jovens mulheres, tanto brancas quanto negras, em particular aquelas que tem filhos e, conseqüentemente, uma maior carga de responsabilidade doméstica e familiar. Tal como evidenciado em análise realizada pela OIT, 72% dos 22 milhões de jovens que não estudam e nem trabalham na América Latina são mulheres (OIT, 2007). Essa dupla “inatividade” está relacionada à maternidade precoce, que ainda é um fenômeno bastante freqüente entre as jovens de baixa renda, assim como aos estereótipos de género que atribuem às mulheres a responsabilidade principal (quando não exclusiva), pelas tarefas domésticas e pela função de cuidado e à falta de políticas de conciliação e co-responsabilidade no âmbito do trabalho e da família. Uma porcentagem muito significativa dessas jovens duplamente “inativas”, na verdade está trabalhando – sem remuneração - em suas casas, cuidando dos próprios filhos ou dos seus irmãos e irmãs menores enquanto as suas mães trabalham, ou das pessoas idosas ou doentes da família. É necessário, portanto, articular as políticas educacionais, de emprego e qualificação com as políticas de saúde reprodutiva e de conciliação entre trabalho e Familiares. (Constanzi, In OIT/IPEA, 2009: 22-3).

Para enfatizar, Virgínia Ferreira amplia o pensamento:

A abordagem das questões das desigualdades sociais e sexuais deve, portanto, ser realizada no quadro de uma análise das relações sociais, enquanto constituintes de lógicas que atravessam todos os campos do social e conferem uma dimensão sistémica a um conjunto de elementos articulados entre si. Estas lógicas instituem grupos que se opõem antagónicos e hierarquicamente. Teoricamente, as relações entre os grupos assim constituídos são antagónicas. Mas na sua operacionalização na realidade não é linear nem automática. As relações sociais de sexo, como as de classes, ou de etnia, são relações sociais fundamentadas, no sentido em que estruturam a sociedade e a atravessam e estão presentes em todos os seus domínios (Daune-Richard & Devreux, 1990: 12, apud Ferreira 2004:305).

O pobre tem que ser polivalente, tem que saber ficar à disposição de qualquer serviço ou tarefa, em outros termos, são os famosos “biscates” que o fazem sobreviver nas cidades. Tem uma regra do sertanejo que diz: o pobre em que entender de acasalamento de muriçoca (mosquito) à construção de navios. Assim as mulheres também aprendem a ser “sabidas”, como bem explica estes depoimentos das migrantes da zona rural:

Porque quando eu vim do interior, eu não sabia fazer nada. Hoje em dia (...) eu sei fazer um sanduíche, eu já sei fazer almoço (...) eu sei fazer a cozinha, então eu me orgulho da situação que eu tenho (...) mesmo assim eu não tenho muito, mas eu sou satisfeita com a vida que eu levo (...) Hoje em dia eu sei fazer muitas coisas, eu tenho muitas arte. Eu digo que o que sei, aprendi aqui, doutora, porque no interior ou era quebrar coco ou trabalhar na roça, se eu não venho prá cidade eu não sei o que eu sei hoje (Lima, 2003: 294).

Neste outro depoimento percebe-se que a carência de estudos e de formação profissional para enfrentar o mercado de trabalho são responsáveis pela realidade ao acesso ao emprego e nas quebras de sonhos:

Eu acho tão bonito, assim, quem pega um onibus, chega lá, senta, assim atrás de uma mesa, atende as pessoas ou escreve. A minha maior vontade é de um dia assim, tomar onibus, cedinho, tomar um banho e me arrumar e ir para o trabalho, sentar detrás de uma mesa, trabalhar assim atendendo pessoas, telefone, não sei (...) ..às vezes eu tenho raiva de mim, às vezes, até me acho ignorante, assim, porque tem muita gente que consegue, às vezes no estudo e tudo. Eu porque não vim com aquele dom de estudar (Lima, 2003; 297).

A ausência do conhecimento para trabalhar na zona urbana faz com que se sintam também inferiorizados. A má qualidade do sistema educativo interfere no absentismo e na evasão escolar, incluindo neste contexto, um curriculum escolar voltado a um público diferenciado, sem levar em conta o regionalismo, o quotidiano destes alunos e a cultura, reduzindo desta forma, o interesse pelos estudos.

O conflito entre trabalho e escola tem desdobramentos imediatos por causa do impacto do trabalho precoce sobre a evasão escolar e, no longo prazo, sobre a escolaridade obtida. No primeiro caso, a literatura sobre o tema atesta que há uma relação inversa entre trabalho precoce e frequência à escola.

Todavia, essa evidência não fornece a direcção da causalidade. A causalidade relevante ocorre quando o trabalho precoce é a nítida causa do absentismo escolar. A relação inversa é possível quando as próprias famílias pobres percebem a má qualidade da educação e preferem retirar ou não colocar as crianças na escola, conduzindo-as precocemente ao mercado de trabalho. A implicação mais importante desse fato é, independentemente da direcção da causalidade, sobre as estratégias de combate ao trabalho infantil, que devem, de forma inevitável, conter um componente de inserção dessas crianças em escolas de boa qualidade; porque elevar a qualidade da educação no país é, de forma geral,

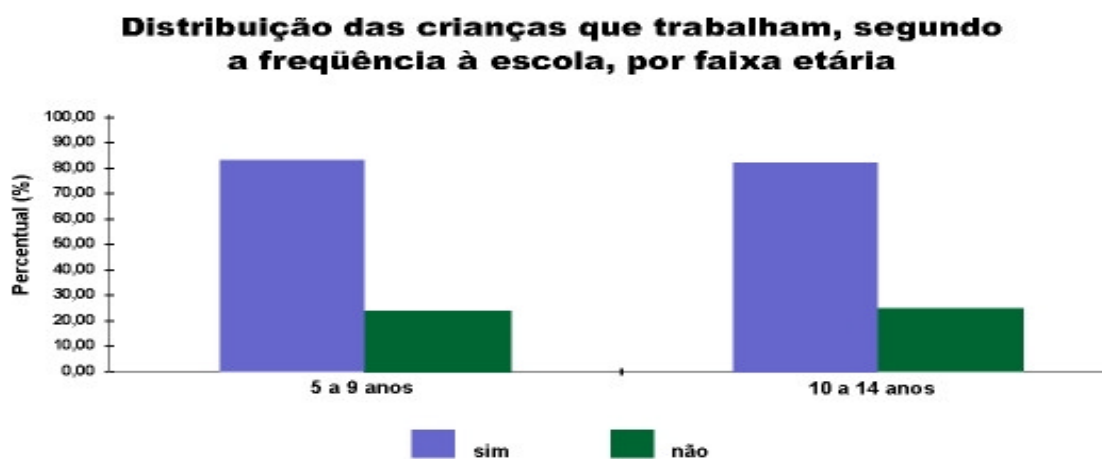
uma estratégia eficiente de reduzir a influência que o trabalho infantil exerce sobre o absentéismo e a evasão escolar”. (Ministério do Trabalho, 1998: 23).



Fonte : Ministério do Trabalho (1998)

No grupo dos 5 aos 9 anos, o percentual das crianças trabalhadoras que sabem ler e escrever é de 45,5%. No grupo das que não trabalham, o percentual é de 50%. Com relação à frequência escolar, 78,1% das que trabalham vão à escola, em comparação com os 80,6% para as que não trabalham. Tanto no caso da alfabetização quanto no da frequência à escola, as diferenças entre os dois grupos, mesmo sem nenhum controle, não são significativas.

As diferenças são mais significativas para a faixa etária dos 10 aos 14 anos. Assim, o percentual dos menores que trabalham e sabem ler e escrever, nesse grupo, é de 79,9%, sendo maior entre as meninas (85,9%) do que entre os meninos (76,7%). Entre as crianças que não trabalham, o percentual de alfabetização eleva-se para 92,4%, sendo a diferencial entre meninas (93,7%) e meninos (90,7%) bem menor do que no grupo mais jovem (Ministério do Trabalho e Emprego, 1998: 22)



Fonte : Ministério do Trabalho (1998)

No que diz respeito à frequência escolar, observa-se também diferenças com relação ao grupo anterior. Com efeito, entre os que trabalham, 77% frequentam a escola contra 92,7% dos que não trabalham. Portanto, no grupo de 10 a 14 anos, há evidências de que o trabalho precoce afeta a frequência escolar. De fato, o trabalho infantil reduz, pelo cansaço, a capacidade de concentração das

crianças e, ao submeter a sua saúde a riscos e abusos, as conduz ao absenteísmo eventual, que, por sua vez, provoca baixos índices de freqüência escolar e repetência. Em última instância, especialmente se a qualidade da educação for precária, conduz a criança ao desalento e à evasão (Ministerio do Trabalho e Emprego, 1998: 22).

Somente a título de exemplo, na alfabetização dos alunos nordestinos, eram usadas palavras que representavam animais, frutas, verduras da região sul e sudeste do Brasil, que não faziam parte do cotidiano daqueles alunos. A abstracção era total, nunca tinham visto uma uva, uma cereja, como atrelar a palavra à fruta? Os livros eram escritos e editados, em sua maioria, por editoras paulistas que também não conheciam uma guabiraba, um urucum, um araçá, um piqui, um sapoti e assim por diante.

É importante salientar que a Constituição Federal determina no seu artigo 5º a igualdade entre todos, brasileiros e estrangeiros residentes no país, tendo como pressuposto a ideia do respeito à diversidade. Significando a igualdade na diferença, assim é necessário que se aprecie as diferenças de cada grupo social. Para que toda a população tenha acesso ao ensino, por exemplo, é essencial reconhecer as particularidades e as necessidades específicas de cada grupo. O reconhecimento da diferença é instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a consequente aproximação dos indicadores sociais de cada um dos grupos que compõem a sociedade.

As desigualdades regionais aumentam então este grande fosso ou gueto da pobreza. O IBGE em 2004, detectou que a média de anos de escolarização da população nordestina era de 5,5 anos, contra 7,5 anos no Sudeste. Esta diferença é tão expressiva que a média nordestina no ano de 2004 é inferior àquela apresentada pelo Sudeste em 1993. Isto significa que a segunda maior região brasileira em população tem um atraso de uma década em relação ao Sudeste, que apresenta dados interessantes, onde se verifica que os jovens de 15 anos idade, ou mais, em média, praticamente concluíram o ensino fundamental.

São necessárias ações que possibilitem a permanência dos estudantes na escola, uma vez que a “universalização do acesso não significa a universalização da permanência”. Esta fragilidade do processo educacional, concretizada pela péssima qualidade do ensino público, exacerba o problema. A criança entra e sai do sistema de ensino, muitas vezes sem aprender a ler e a interpretar o que ler. Eis a realidade.

Repetindo a mesma série por vários anos consecutivos ou fugindo de uma escola que não consegue prender sua atenção, procuram outras alternativas, fazendo

com que a educação deixe de significar estímulo para a ascensão social e sem a devida valorização como um campo de formação infanto-juvenil. O imediatismo é a regra geral da sobrevivência, nas regiões mais críticas.

Kramer (1982) faz referência muito realística sobre a ineficiência do sistema educacional brasileiro ao afirmar que no “ensino livresco e na tradição verbalista,” estão os males destas crianças, alegando que em seu meio de origem a palavra não é o principal instrumento de acção e que os professores, em sua grande maioria, não possuem uma preparação específica para educar crianças em situação de risco social, principalmente das camadas sociais mais pobres. São oriundos de classes diferenciadas sem o necessário conhecimento da realidade vivenciada por estes pequenos trabalhadores.

A pesquisa do IBGE/PNAD em 2006, mais de 10 anos após a implantação do PETI, mostra a realidade do nível de repetência dos alunos que trabalham e estudam. Estes dados foram colhidos no mês de Setembro sem levar em conta a sazonalidade das culturas de arroz, da castanha do caju e demais produtos regionais, principalmente do nordeste.



Fonte: IBGE

Analisando este quadro constata-se que o péssimo desempenho escolar, causado pelo trabalho infantil, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego e os condenam a postos que não exigem qualificação, baixa remuneração muito, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais. Assim, Bertoldo chama a devida atenção:

Se de um lado a qualificação é requisito de seleção para a ocupação nos postos de trabalho, sendo isso concebido como uma alternativa de combate à pobreza, de outro, isso não significa necessariamente um canal de acesso direto e sem impedimentos ao emprego porque,

na verdade, não existem empregos para o grande contingente de pessoas constituídas por jovens, adultos, idosos, portadores de deficiências físicas, negros, índios, mulheres e, inclusive as crianças (BERTOLDO, 2005: 3).

A pesquisadora Bertoldo faz um alerta para as incoerências impostas pela sociedade actual relacionada com a educação e a pobreza, Segundo Eliane Montenegro, (2006;14) Bertoldo:

Reconhece que a educação é importante para o desenvolvimento social, entretanto, esta não consegue eliminar a pobreza, visto que a efetiva resolução dos problemas não se dá a partir de uma decisão política, e porque, de acordo com a autora, existe uma tendência em curso, seja por parte dos órgãos estrangeiros sejam por parte de alguns intelectuais, de um deslocamento da centralidade da economia para a centralidade da política. Isso significa dizer que a pobreza não é uma causa do sistema do capital, que ela não se explica primeiramente pelo estado de carência material do sujeito, que os trabalhadores pobres de nosso país que passam fome não precisam de pão, mas de cidadania, de participação política, educação, etc. A prova inversa disso está no fato de que a criança, para aprender, primeiro precisa estar alimentada. Não é sem sentido que foi criada a merenda e que, sem ela, a escola não manteria nenhuma criança em sala de aula (Bertoldo, 2005: 12).

1.3.2. DO MERCADO DE TRABALHO

As motivações económicas ou estruturais levam os pais a empregar seus filhos e o mercado de trabalho, por seu turno, deseja-os e está preparado para as várias formas de inclusão deste contingente. E assim se negam os direitos fundamentais às crianças pobres. Na prática, falta uma implementação de políticas de intervenção que materializem estes direitos, que permita o processo de escolarização e de formação destes meninos e meninas. Revela portanto as consequências do modo de produção capitalista. Se observarmos estes dados IBGE/ PNAD (2006) constatamos que o mercado de trabalho no sector primário é que o mais emprega estes meninos e meninas:



Uma observação interessante é que a exclusão dos pais, ou responsáveis, do mercado de trabalho formal acarreta também outras inclusões. Por exemplo, sai do mercado formal e começa a sobreviver dentro do mercado informal ou das políticas inclusivas de governo. Os estudiosos têm apresentado a realidade do quotidiano destas famílias, num dia a dia que corrói qualquer expectativa de mudança. A mobilidade social se transforma em algo impossível de realizar-se.

Para além da questão financeira ou mesmo de sobrevivência, deve ser incluído como factores que participam deste processo de exploração, os padrões culturais que serviram de estrutura da sociedade brasileira que têm uma visão muito positiva do trabalho, como modelo de educação das classes pobres sendo visto como espaço de socialização e até mesmo como local de protecção contra os malefícios das ruas e do ócio.

E mais, a própria criança e o adolescente, especialmente nas cidades, tem a vontade de ser independente financeiramente da família e a grande atracção da sociedade de consumo o motiva para entrar no mercado de trabalho tão cedo.

O depoimento da menina Edna, explica o sentimento desses meninos e meninas pelo fato de não trabalhar, porque por decisão de seus pais os mais novos estavam destinados a estudar:

O papai diz que não quer que eu trabalhe agora. Certo que tou precisando de trabalhar também, mas ele não quer que eu trabalhe, ai eu vou fazer o que ele quer mas vontade eu tenho porque todo mundo precisa ter o seu dinheiro (Lima, 2003: 244).

Em contrapartida o depoimento de uma mãe:

O meu de 10 anos trabalha é melhor trabalhar do que viver só na rua o pessoal rico gosta dele, tem vez que vem buscar ele no carro (Lima 2003;342).

Na verdade, em algumas actividades produzem mais do que um empregado adulto, dadas as especificidades das tarefas. Como exemplo podemos citar no ensacamento do sal, nas salinas do Piauí e do Ceará, na apanha da castanha do caju, do caranguejo, da laranja, do algodão e demais laborações onde a pouca estatura e o baixo peso são condicionantes para o melhor desempenho das tarefas. Assim é necessário admitir-se que o trabalho infantil interessa ao capitalismo, pois o retorno final da produtividade é muito vantajoso. O combate ao trabalho infantil passa por uma grande reforma estrutural sócio-política-economica, com direito a uma mudança da lógica maior do capitalismo, o lucro.

Conforme Frigotto (1999):

O incremento do trabalho precoce não pode ser atribuído à tecnologia em si, mas deriva da manutenção das relações classistas e, portanto, do aumento da exclusão. Os jovens inserem-se nos múltiplos espaços de trabalho, por necessidade. De uma forma ou de outra buscam gerar condições de sobrevivência. Mais isso, contraditoriamente, dá-se num final de século onde, se a tecnologia fosse socializada, poderia dar-se um salto qualitativo abreviado o tempo de trabalho enquanto mundo de necessidade e liberar, efetivamente, tempo livre de fruição e de crescimento humano. Mas, o que se produz efetivamente, pela manutenção das relações sociais de produção capitalista é tempo de trabalho precoce e da tortura do desemprego e subemprego (Frigoto, 1999: 16).

A corrosiva degradação do mercado de trabalho no capitalismo pós- industrial está acompanhada da decomposição dos laços e das coesões sociais, trazendo uma sensível instabilidade no emprego e com um tempo muito maior de desemprego tendo como consequência maior, a exclusão socioeconómica e dos direitos à cidadania da classe trabalhadora.

Antónia Jesuíta Lima, em 2003, ao retratar a realidade dos pobres de Teresina, cita o depoimento de Josias um migrante que confessou as diversas mudanças de emprego e que como solução de sobrevivência buscava o mercado livre situado à beira do rio Parnaíba, denominado de Troca-Troca. O nome define as acções desenvolvidas neste local, de um modo simplista começa assim, quem tem uma geladeira e quer trocar por uma bicicleta vai lá e exerce a função de vendedor ou no caso do Josias utiliza esta forma de trabalho intermediário. É muito interessante a modalidade e tem sobrevivido através dos tempos.

Eu sempre fui um mágico, a minha vida é ser um mágico, trabalhar sem um tostão no bolso, só com a cabeça, só com a inteligência. Eu ia pro o Troca-Troca e não tinha um botão pra vender, eu conseguia dinheiro pra comer, eu conseguia dinheiro prá vestir, dinheiro pra tudo, só com a cara e coragem, eu vendia tudo que era dos outros, vendia bicicletas dos outros, vendia móvel velho do outro, vendia tudo, dali é que eu tirava a minha comissão, eu não tinha um tostão. Eu me achava o máximo. Sem capital, Josias vendia, como se vê, mercadorias de terceiros, em troca de comissão, e assim sustentou seus filhos, embora consciente de que carregava um estigma de “sabido”, o que, na linguagem corriqueira, significa “trapaceiro”, emblema conferido às pessoas que labutam no Troca-Troca. (Lima, 2003: 279).

É necessário, portanto, ligar os processos de exclusão socioeconómicos aos efeitos das transformações económicas, e, a estas, as profundas transformações sociais. A força da luta pela sobrevivência encosta, para os lados, todos os ideários dos Direitos Humanos.

A força dos valores sociais, das suas representações e expectativas, decide como força de trabalho estes meninos e meninas. O trabalho precoce é, pois, um passivo social, com múltiplas formas.

I.4. DAS ACÇÕES GOVERNAMENTAIS – CONTEXTUALIZAÇÃO.

As relações sociais dos libertos e seus antigos proprietários não foram muito fáceis. Os ex-escravos trouxeram uma inquietação à sociedade, principalmente às classes políticas que gostariam de implementar uma nova ordem, onde a ideologia do trabalho estivesse ligada intimamente a ideia de civilização e dignidade da pessoa. Mas não era fácil se adaptar a um mercado de trabalho livre e contratual, eivado de vícios dos costumes totalitário acrescido de um excedente de mão-de-obra sempre crescente com a onda de europeus fugindo de suas terras e da pobreza, rumo ao imaginário colectivo, o paraíso chamado Brasil.

Com estes propósitos foi aprovada uma lei em 1888, denominada: Repressão da ociosidade ou sobre a instituição dos termos de bem viver. Assim, o governo através do Ministério da Justiça começou a punir os “ociosos ou viciosos” num propósito de perseguir estes “criminosos”, sinalizando o carácter de reabilitação dos envolvidos através de uma reeducação.

Uma política de acção intimamente ligada ao pensamento médico e jurista da época e no momento político brasileiro. Esta política foi introduzida também nas crianças e nos jovens, principalmente nos considerados delinquentes e menores abandonados, visando o desenvolvimento da nação brasileira. Vivenciávamos as lutas da abolição da escravatura, estes “criminosos” em sua grande maioria eram negros ou seus descendentes.

O Estado brasileiro iniciou um processo de enquadrar este contingente, assente no abandono moral sob as várias formas de controlo inclusive a destituição do pátrio poder. A família perdeu assim a sua intocabilidade e com este respaldo legal as repressões foram uma constante, tendo tido no final do século XIX e início do século XX, o seu apogeu. As elites, com este ideário da ordem e da garantia da paz, justificavam este processo através da moralização da pobreza combatendo a vadiagem.

O significado social da criança no Brasil restringia-se a um agente de mudanças apenas uma espécie de instrumento de um futuro melhor para a nação brasileira. O espírito também era de defender do mal, conceito pensado e absorvido pela sociedade.

Pilotti & Rizzini (1995), coordenando uma equipe de estudiosos no Brasil, fizeram uma análise sobre as mudanças dos valores e dos conceitos sobre a assistência estatal à criança brasileira, concluindo em seus estudos que a ideia de

“salvação” deste contingente foi a premissa de todas as ações, acompanhadas de uma interferência muito forte do pensamento da sociedade de garantir a ordem ou “paz social”. De acordo com esses pesquisadores, as crianças passaram por diversas “mãos” onde lhes foram incidindo valores e também por alterações nos conceitos de assistência estatal, denominadas hoje de políticas públicas, citamos abaixo:

a) “Nas mãos dos Jesuítas”, missão de evangelizar e ensinar uma nova cultura às crianças dos povos indígenas e aos negros escravos.

b) “Nas mãos dos Senhores”: com a lei do ventre livre, em 1871, as crianças até os 14 anos, permaneciam com seus senhores, e estes poderiam exigir uma compensação pelos gastos despendidos neste período através do trabalho gratuito até os 21 anos, ou solicitar uma indenização ao Estado.

c) “Nas mãos das Câmaras Municipais e da Santa Casa de Misericórdia”: As crianças geralmente nascidas fora da relação do casamento ou muito pobres eram colocadas numa grande roda em frente às Casas de Misericórdia expostos a todas as intempéries e à espera dos interessados pela adoção ou dos que praticavam a filantropia na época. Muitas morriam de desnutrição pelo abandono.

d) “As mãos dos asilos”: Instituição que acolhia crianças e adolescentes oriundos de famílias muito pobres, os órfãos, os abandonados, mesmo aqueles que a família não podia controlar e que ameaçavam a sociedade. Nestas instituições era bastante definida na área de educação a questão de gênero. Para os meninos era oferecido cursos voltados ao trabalho na indústria e para as meninas cursos na área doméstica. A questão de gênero estava oficializada mais uma vez. O trabalho era o valor maior na prevenção ou mesmo no reenquadramento do jovem. Devido à estigmatização deste contingente a inserção social se tornava quase impossível. Posteriormente tiveram novas denominações: escola de preservação, premonitória, Industrial ou de reforma, educandário, Instituto” (Idem).

e) “Nas mãos dos Higienistas e dos Filantropos”: Quando foram introduzidas as questões do meio ambiente para se atingir uma melhora da higiene dos locais onde as crianças estavam refugiadas.

f) “Nas mãos dos Tribunais: Reformatórios e Casas de Correção”: A internação passava pela ordem judicial após uma análise da assistência social institucional tendo em vista o aumento dos crimes envolvendo os meninos e meninas.

g) “Nas mãos da Polícia: Defesa Nacional”: A polícia era responsável pela apreensão dos menores de ruas que eram reconhecidos como indesejáveis à sociedade.

h) “Nas mãos dos Patrões”: Os empregadores exploravam a mão-de-obra infantil com apoio da sociedade arrazoados pelo lema maior: retirar das ruas.

i) As crianças também andaram:

“Nas Mãos da família”, “nas Mãos do Estado: Clientelismo”, “Nas Mãos das Forças Armadas: Segurança Nacional”, “Nas Mãos dos Juizes de Menores: o Menor em Situação Irregular”. (Pilotti & Rizzini, 1995: 14-9).

Esta citação diz o que nenhuma outra formulação diria sobre o pensamento da sociedade brasileira na implementação das políticas públicas das crianças e dos adolescentes do Brasil. As agendas políticas e sociais dos governos brasileiros, desde o início da década de 90, têm como metas a erradicação do trabalho infantil. Uma temática ainda não conhecida pela sociedade brasileira que se via envolvida com as questões do "menor abandonado", dos "meninos e meninas de rua" ou em "situação de rua". A vontade política de proteger estes meninos e meninas fez parte das acções governamentais e da sociedade brasileira depois das iniciativas de várias instituições dedicadas à defesa dos direitos da infância. Adicionada a esta força veio a necessidade de apresentar uma resposta às pressões exercidas pela comunidade mundial, após o advento da Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1989.

O combate ao trabalho infantil passou a ser entendido como uma questão de direitos humanos. O tema tem sido um desafio para o Governo e para a sociedade. O encargo principal de desenvolver uma política com estratégias e acções orientadas para eliminar o trabalho infantil é do governo. É uma realidade que deve ser eliminada, particularmente nas actividades de risco e intoleráveis por questão da ética de uma sociedade democrática, que objectiva a equidade e a igualdade de oportunidades para todos os seus cidadãos.

Em 1997, na Conferência de Oslo, o Brasil se posicionou assim:

A comunidade internacional reconhece, hoje, que a atenção à criança constitui um elemento central na formulação de qualquer plano de desenvolvimento social. Nesse contexto, o combate ao trabalho infantil constitui um dos principais desafios para nossos países. É muito auspicioso, portanto, que o assunto tenha sido definitivamente incorporado ao conjunto das grandes questões sociais do nosso tempo. Mais do que nunca, faz-se necessária uma acção internacional concertada, que não pode prescindir de uma reflexão conjunta sobre o assunto, tal como estamos fazendo aqui. Um exemplo claro da importância que a matéria vem adquirindo é a decisão política, tomada no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, de dar início à negociação, no próximo ano, de uma Convenção sobre eliminação do trabalho infantil. Espera-se que esse novo instrumento, uma vez concluído, se junte às outras sete

Convenções da OIT que consignam os direitos fundamentais dos trabalhadores, universalmente reconhecidos. (Cardoso, Ruth. Discurso em Oslo, 1997).

Assim, muito além deste pensamento humanitário de defender os direitos da criança, o problema do trabalho infantil foi enfatizado diante da grande concorrência intercapitalista, num momento em que as economias ficaram mais globalizadas. A apelativa de ordem económica era baseada no pressuposto que a utilização da mão-de-obra infantil reduzia os custos operacionais nas exportações dos produtos. Foi introduzida nas regras do comércio internacional uma cláusula dizendo da proibição de se utilizar mão-de-obra infantil na fabricação de produtos a ser exportados, uma exigência de vários governos e do sindicalismo internacional.

No Brasil, estas forças foram preponderantes e causaram muito impacto no governo brasileiro. Com a queda do regime ditatorial e o surgimento de uma nova ordem democrática na década de 80, começaram os movimentos sociais buscando mudanças na defesa dos direitos da criança, modificando inclusive o ordenamento jurídico do país. Nesta mesma época surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, contendo em seu bojo uma integral protecção, fixando os deveres e as políticas de atendimentos governamentais.

Várias entidades não governamentais tiveram iniciativas no desenvolvimento das acções, incluindo-se neste universo as fundações empresariais e dos governos estaduais e municipais, que assumiram papel proeminente no campo social educativo, ao acrescentar uma jornada especial no período complementar à escola, que abranja um reforço escolar, actividades desportivas e culturais, fazendo em suma a educação para a cidadania.

A ausência de uma política pública governamental voltada para a educação serviu, por incrível que pareça, para se implementar uma estratégia de centralização das acções governamentais inclinadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil. Os problemas da evasão escolar, da repetência, da defasagem de série verso idade, compuseram o ponto de partida para o desenvolvimento do contingente de crianças que foi encontrado a trabalhar.

Segundo a UNICEF (2000) através de seus colaboradores, Caio Amaral, Carlos Silveira, e Débora Campineiro, é possível identificar os principais eixos norteadores das intervenções governamentais na erradicação do trabalho infantil no Brasil:

- a) Sensibilização e mobilização social para a questão do trabalho infantil;
- b) Incentivos ou prémios para a actuação contra o trabalho infantil;

c) Fiscalização, denúncia ou acções judiciais contra a exploração da mão-de-obra infantil;

d) Actividades de educação básica e acções complementarem à escola;

e) Incremento da renda e acções socioeducativas junto às famílias.

Em capítulo à parte faremos uma abordagem sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, (PETI) bem como do Programa de Acções Integradas (PAI). A análise será exposta dentro dos limites de uma actuação profissional, no período de 1996 a 2003 no Ministério do Trabalho no Piauí.

1.5. DO ORDENAMENTO JURÍDICO

É interessante apreciar a legislação brasileira, pois desde 1891 através do decreto 1313, tentava-se impor um limite à exploração do trabalho infantil, através de dispositivos legais, garantindo-se jornada de trabalho de 7 horas diárias ao trabalho das meninas com idade compreendida entre os 12 a 15 anos e para os meninos com idade compreendida entre 12 e 14 anos. Aos meninos com idade 14 e 15 anos eram permitidos uma jornada de trabalho de 9 horas diárias.

Em 1927, foi elaborado o primeiro Código de Menores da América Latina, tendo sido definido a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 12 anos e a proibição do trabalho nocturno a menores de 18 anos. Já nos idos de 1924, na Declaração de Genebra, encontra-se a primeira referência de um organismo internacional ao direito das crianças e dos adolescentes. Veio como um alerta para a grande exploração do trabalho infantil no mundo inteiro.

Várias foram as normas que tentaram regulamentar o trabalho infantil e pelos idos de 1943, no Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho veio estabelecer:

. Limite de 12 anos para o ingresso.

. Proibição do trabalho nocturno, insalubre e periculoso.

. Proibição de prorrogar a jornada de trabalho, admitindo-se apenas em caso de força maior, caracterizada como os casos fortuitos, não previsíveis pelo empregador.

Em 1948, quando da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e no Pacto Internacional de Direitos Económico, Sociais e Culturais, assegurou-se a implementação e o reconhecimento do direito das crianças e dos adolescentes nos países Membros, consubstanciada em 1989, na Declaração dos Direitos da Criança, também, pela Assembleia Geral da ONU assinado pelo Brasil em

26 de Janeiro de 1990 e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 28, de 14 de Setembro de 1990.

A Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, em conjunto, começaram a acção. A luta por uma sociedade mais justa motivou a busca do conhecimento desta realidade, vivenciada pelos excluídos do direito de brincar e de estudar. Era importante tornar visível o que a sociedade não desejava ver-transformar o retrato em branco e preto. Divulgar era preciso para despertar em todos o sentimento de responsabilidade. A dor é mundial!

Uma nova ordem através da OIT, foi apregoada aos países subscritores: a limitação da idade mínima de 14 anos para o ingresso ao trabalho, firmada na Convenção de número 138 de 1973, no seu artigo 1º:

Todo Estado Membro no qual vigora esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional infantil e elevar progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho, a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

O Brasil ratificou esta Convenção em 1999, com vigência a partir de 26/06/2002. Foi aposta a idade limite de 16 anos para o trabalho, mas entre os 14 e os 16 anos é permitido como frequentador de curso profissionalizante. (A título de curiosidade a idade limite à época era de 14 anos e na condição de estagiário de curso profissionalizante de 12 anos a 14 anos.) Este posicionamento da OIT foi o marco para repensar os ordenamentos jurídicos dos Estados Membros, mas, somente em 1999, veio convencionar entre seus pares a erradicação das piores formas de trabalho infantil em regime de urgência através da Convenção 182 no artigo 2º, que constitui um importante marco histórico, a partir do qual se redefiniu o que devemos entender pela palavra criança:

Para os efeitos desta Convenção o termo “criança” aplicar-se-á a toda pessoa menor que 18 anos (Artigo 2º, Convenção 182).

Esta nova definição veio possibilitar a interpretação da Convenção e a sua aplicabilidade, acrescentando também um dado muito importante: tipificar como crime o recrutamento ao trabalho em condições de escravidão ou quando revestido do carácter de trabalho forçado. Saliente-se que o direito positivo brasileiro passou a abrigar as normas das convenções internacionais, após a aprovação do Congresso

Nacional, incorporando ao seu ordenamento jurídico, com a força de uma lei ordinária.

Durante o processo de democratização e na elaboração dos textos final da Constituição Federal em 1988, incluiu-se a criança e o adolescente como sujeito de direitos e introduziu-se no seu novo ordenamento jurídico a participação activa da sociedade civil nas decisões que envolvem o seu desenvolvimento. Foi outro marco histórico. Assim preceitua o artigo 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988)

Como “sujeito de direito”, são acrescidos os direitos fundamentais tais como:

1. A liberdade de opinião.
2. A liberdade de expressão,
3. A liberdade de associação.
4. O direito ao voto aos maiores de 16 anos.

Reconhece a capacidade de ter responsabilidades, mas esta capacidade é relativa, como pessoa em desenvolvimento, cabendo a obrigação de resguardar estes direitos:

1. À Família,
2. À Sociedade
3. Ao Estado.

Estes sim, estão obrigados e na ordem assim de preferência: a família em primeiro lugar, a sociedade em segunda ordem e o Estado na ausência dos demais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, conhecido como ECA, veio regulamentar a aplicabilidade dos preceitos constitucionais já em vigor e trouxe uma novidade para o ordenamento jurídico brasileiro, as mudanças de conteúdo, de método e de forma de gestão dos direitos das crianças e adolescentes, já que apresenta uma acção mais efectiva na esfera sócio-jurídica, deixando a defesa assistencialista e introduzindo propostas de cunho socioeducativo e emancipatório.

Além das garantias legais, iniciou-se um processo de criação das estruturas jurídico-administrativas para defesa e protecção das crianças e adolescentes no país,

nomeadamente os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Trata-se de órgãos não jurisdicionais, que representam os interesses individuais e/ou colectivos perante as estruturas sociais e jurídicas. Ao estabelecer que "a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente *far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*" (Art. 86, ECA). Os conselhos assim constituídos de forma paritária por Governo e Sociedade Civil agem como órgãos deliberativos e controladores das ações pertinentes à defesa da criança e dos adolescentes em todos os níveis de governo. Embora lhes sejam atribuídas funções normalizadoras e formuladoras de políticas, os Conselhos de Direitos não possuem função executiva, ficando esta restrita à competência governamental. A Ordem dos Advogados tem assento permanente na defesa do pensamento democrático da sociedade brasileira.

O Estatuto está fundamentado nos princípios da descentralização político-administrativa e pela participação de organizações da sociedade. Amplia as competências do Município e da comunidade e reduz as responsabilidades da União e dos Estados. À primeira devem caber, exclusivamente, a emissão de normas gerais e a coordenação geral da política. Destaca-se, nesse sentido, o papel do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), colegiado deliberativo de composição paritária e função controladora das políticas públicas. Além de constituir um marco legal inédito sobre a temática, o ECA busca encontrar novos actores sociais.

Contudo, é necessário preparar constantemente todas as pessoas que trabalham com, ou para crianças, tais como juízes, advogados, parlamentares, directores de escola, médicos, psicólogos, sociólogos, antropólogos, professores, assistentes sociais e demais profissionais envolvidos no processo de protecção aos direitos das crianças inclusive e em especial a própria criança como actor social.



Fonte: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil

CAPÍTULO II : RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Através de uma resolução interministerial, envolvendo a área da Saúde, Trabalho, Educação, Justiça e Previdência Social, foi elaborado um plano de acção para erradicar o trabalho infantil no Brasil. Em cada Ministério, foi instituído comissões compostas por profissionais multidisciplinares, responsáveis pelo desenvolvimento das acções do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI. Contudo, a pouca disponibilidade de dados sobre trabalho infantil trouxe algumas dificuldades para a acção governamental. Nesse sentido, o Ministério do Trabalho criou, no âmbito estadual, os Núcleos de Erradicação do Trabalho Infantil e de Protecção ao Trabalho do Adolescente, posteriormente os GECTIPA (Grupo de Erradicação do Trabalho Infantil e de Protecção ao Trabalhador Adolescente,) com o objectivo de identificar, ao nível local, todas as actividades económicas que utilizam o trabalho infantil como factor produtivo. O processo de retirada do contingente envolveu todos os sectores da sociedade.

O Ministério do Trabalho e Emprego ao reconhecer a importância das parcerias com as organizações civis, convidou-as para trabalharem no combate ao trabalho infantil na implementação de uma acção mais abrangente. Assim abraçou a ideia de reunir novos actores sociais com papéis relevantes a cumprir no combate ao trabalho infantil:

- Os empregadores com sua capacidade de mobilizar recursos e de integrar e promover campanhas de conscientização;

- Os trabalhadores através dos seus sindicatos e com a capacidade especial de comunicação ficariam responsáveis pela difusão do combate ao trabalho infantil, através das negociações colectivas, firmando normas entre as partes nos acordos ou convenções colectivas.
- As organizações não-governamentais com sua extraordinária capacidade de conhecer e incidir sobre a realidade imediata das crianças, e de aglutinar a sociedade civil organizada;
- As organizações internacionais, particularmente a OIT e a UNICEF às quais também cabem um papel fundamental, na medida em que oferecem os mecanismos para a cooperação internacional.

O Ministério da Justiça criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e, no campo de acção estadual e municipal, constituiu os Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esses Conselhos são formados por representantes do Governo e da sociedade. Seu papel principal é o de proteger e o de investigar todos os casos de violação dos direitos praticados por organizações governamentais e não governamentais.

Não foram fáceis os primeiros contactos com as pessoas exploradas. É um procedimento muito lento e muito delicado, sendo quase impossível envolver um descrente no processo de mudança. A princípio nem paravam para ouvir. Seus familiares olhavam e voltavam à mesma actividade, já que o tempo custa dinheiro. Já estavam habituados às conversas sem soluções. Mesmo assim, tudo foi feito para apresentar as razões de nossa presença naquele lugar e como seria importante a participação deles no processo de intervenção estatal.

Depois de um breve tempo, uma ou outra criança se aproximava e observava, demonstrando pelo olhar de crítica, que mais curiosos estavam trazendo promessas de mudanças. Isso davamos uma sensação muito estranha, sendo necessário um treinamento especial para aquela actividade tão delicada! Mas a realidade tinha pressa e uma certeza: não era justo ignorar aquele Brasil! Outros parceiros foram convidados a participar. Deu-se início ao processo de intervenção. A Procuradoria Regional do Trabalho do Piauí, que representa a sociedade nas demandas que envolve a área do trabalho, apresentou uma denúncia sobre a exploração do trabalho infantil nas olarias de Teresina. A denúncia foi encaminhada à Delegacia Regional do Trabalho do Piauí,

órgão do Ministério do Trabalho, responsável pela fiscalização na área do trabalho. Um levantamento da realidade deu início ao processo de tomada de consciência, de porta em porta, buscando um retrato da vida real destes excluídos, objectivando a conscientização da sociedade. A fiscalização do trabalho elaborou um diagnóstico em que constavam as actividades económicas exploradoras. A título de curiosidade, a maior parte do contingente fugia dos locais de trabalho cada vez que a fiscalização se aproximava. As actividades económicas visitadas em Teresina:

- **Olarias**

Realidade constatada 1996, no primeiro momento da fiscalização.

| Crianças encontradas | Faixa etária | Frequência escolar | | Jornada de trabalho diária | Remuneração mensal |
|----------------------|--------------|--------------------|-------|----------------------------|--------------------|
| | | sim | não | | |
| 158 | 6 a 17 | 32,8% | 67,2% | 4 a 8 hrs | >0,5 e < 1,5 s.m. |

Realidade trabalhada:

| | |
|-----------------------------|-----------------------|
| 189 Crianças e adolescentes | 98% Voltaram à escola |
|-----------------------------|-----------------------|

- **Os apanhadores de lixo**

Realidade constatada em 1996, no primeiro momento da fiscalização:

| Crianças encontradas | Faixa etária | Frequência Escolar | | Jornada de trabalho diária | Remuneração mensal |
|----------------------|--------------|--------------------|-----|----------------------------|--------------------|
| | | Sim | Não | | |
| 53 | 7 a 16 | 87% | 13% | 1 a 3 hrs | 0,25 s.m. |

Realidade trabalhada:

| | |
|-----------------------------|------------------------|
| 285 Crianças e adolescentes | 100% Voltaram à escola |
|-----------------------------|------------------------|

- **Oficina mecânica**

Realidade constatada em 1996, no primeiro momento da fiscalização:

| Crianças encontradas | Faixa etária | Frequência escolar | Jornada de trabalho diária | Remuneração mensal |
|----------------------|--------------|--------------------|----------------------------|--------------------|
| 72 | 10 a 17 | Não pesquisado | 4 a 6 hrs | Não pesquisado |

- **Lavadores e Vigias de veículos e Ambulantes**

| Crianças encontradas | Faixa etária | Frequência escolar | | Jornada de trabalho diária | Remuneração mensal |
|----------------------|--------------|--------------------|-----|----------------------------|--------------------|
| | | sim | não | | |
| 713 | 06 a 17 | 85% | 15% | 04 a 08 hrs | ½ a 01 s.m |

- **Os carregadores de sacolas da Central de Abastecimento (CEASA)**

| Crianças encontradas | Faixa etária | Frequência escolar | | Jornada trabalho diária | Remuneração mensal |
|----------------------|--------------|--------------------|-----|-------------------------|--------------------|
| | | sim | não | | |
| 200 | 9 a 17 | 80% | 20% | 6 a 8 horas | ½ a 01 s.m |

- **Jornaleiro (Ardina)**

300 Crianças trabalhavam na entrega de jornais diários a partir das 3 horas da manhã .Foi apresentada uma denúncia à Procuradoria do Trabalho e ao Juizado da Infância e Juventude para as medidas legais cabíveis. Foram entrevistadas na ocasião mais de 150 crianças e entregues à Prefeitura de Teresina todos os dados para implementação de medidas de carácter interventivo. A questão fugia à relação de emprego, competência exclusiva do Ministério do Trabalho.

Observação: É bom frisar que os dados relativos à educação não conferem com a realidade posteriormente trabalhada pela Prefeitura Municipal de Teresina. Os meninos e meninas em sua grande maioria tinham as matrículas nas escolas mas não frequentavam, ficando em média 2 a 3 anos em cada ano lectivo sem conseguir ultrapassar a terceira serie do ensino básico.

A tomada de consciência pelos profissionais do Direito do Trabalho foi no sentido que somente a aplicação da lei não resolveria o problema, conforme relatório constante nos autos do Inquérito Civil Publico de nº00024/96/PRT 22ºregião:

Tendo como meta do MTb, a ótica social e conseqüentemente a mobilização da sociedade civil, através de parcerias, buscando atingir o ideal de reversão do quadro social (Brandão, Sonya.1997:1).

Foi necessário buscar as organizações governamentais e não governamentais para em conjunto trabalharem a questão. Os responsáveis directa ou indirectamente pela protecção destes meninos e meninas foram convocados. A vontade política de mudança trouxe a imprensa local, tendo sido publicadas nos principais jornais inclusive de âmbito nacional, denúncias da exploração de crianças e de adolescentes. A trave do discurso é labutar a participação. Assim a sociedade brasileira tomou conhecimento do valor de uma imprensa livre e comprometida com a verdade.

Várias reportagens foram feitas em carácter local e nacional conseguindo uma importante força para desencadear a participação da sociedade civil e das instituições governamentais, numa acção mais realística com um olhar mais crítico. Surtiu um efeito muito forte uma publicação da realidade do Piauí em 1997, no jornal *Folha de São Paulo*, *Jornal Meio Norte* e *Jornal Diário do Povo*, onde a paisagem secular dos oleiros foi vista de um modo diferente.

Causou dó e vergonha a vários segmentos da sociedade local. Fazia parte da cidade aquela paisagem, era vista com um olhar romântico e bucólico. Foi como retirar a venda da consciência do povo de Teresina. O bairro mais antigo o Poty Velho, com seus oleiros, era a atracção turística, ninguém estranhava aquelas crianças na mais tenra

idade carregar barro, amassar barro, trabalharem próximo aos grandes fornos, chovesse ou fizesse sol escaldante. Nada alterava a paisagem. Mais de 150 anos na mesma condenação.

Os profissionais do Ministério do Trabalho foram convocados para desenvolverem a difícil arte de negociar interesses, usaram a técnica e implementaram diversas modalidades de ações levando em conta as diversidades de pensamentos que interferiam na execução dos trabalhos. As raízes culturais eram muito profundas.

Por ocasião da Primeira Reunião Ibero-americana Tripartite de Nível Ministerial sobre Erradicação do Trabalho Infantil (Cartagena das Índias, 1997), o Governo brasileiro, representado pelo Ministério do Trabalho, assinou a Declaração de Cartagena que reitera o compromisso dos países signatários de reconhecer que os direitos da infância são fundamentos dos direitos humanos.

Para implementar as políticas, todos concordaram em se empenhar em:

- I. Promover o crescimento econômico que resulte na mitigação da pobreza;
- II. Redobrar os esforços para erradicar o trabalho infantil, através de estratégias que agreguem e comprometam os diversos atores sociais;
- III. Criar comitês nacionais para desenhar e implementar um Plano Nacional de Ação para Erradicação do Trabalho Infantil;
- IV. Estabelecer um acompanhamento sistemático desses comitês, bem como um sistema regional de informações” (MTE, 1998).

....“Em Assembleia realizada em Outubro de 1995, o CONANDA aprovou as Directrizes Nacionais para a Política de Atenção à Infância e à Adolescência, nas áreas de saúde, educação, assistência social e garantia de direitos, as quais deverão ser observadas na aprovação e na execução de programas voltados para a infância, nos três níveis de governo.

No campo do trabalho, as directrizes resumem-se a:

- I. Erradicação do trabalho infantil para os menores de 14 anos;
- II. Ratificação da Convenção no 138, da OIT;
- III. Proteção ao adolescente trabalhador;
- IV. Promoção de ações de fiscalização;
- V. Estímulo aos programas de geração de renda (MTE, 1998: 31).

Um perfil socioeconômico das crianças e dos adolescentes foi o primeiro passo. Posteriormente, uma análise das principais consequências da inserção precoce

em actividade de risco. Esta análise faz parte do acervo do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil bem como filmes, fotos e depoimentos que registaram o momento.

A falta de dados estatísticos e mesmo de estudos precisos dificultaram muito os trabalhos. A maioria das pesquisas aborda o trabalho infantil como um fenómeno social homogéneo, sem analisar o contexto regional e cultural, a questão de género, a jornada de trabalho, as actividades peculiares da região.

Além disso, os diversos factores envolvidos com a exploração do trabalho infantil, na sua análise, precisam ser verificados de forma diferenciada. Os estudos realizados fixam-se no lado da oferta do trabalho infantil, mas é preciso analisar também o lado da demanda, entender as razões pelas quais as crianças são contratadas; os efeitos desta constatação na estrutura e no lucro das empresas; as alterações decorrentes nos salários; e nível de emprego do trabalhador adulto. Tudo isso é pontual. O baixo nível educacional dos pais traz uma falta de expectativas de mudanças, contribuindo também para a imobilidade social.

Assim foi elaborado um diagnóstico que foi entregue a Deputados Estaduais, às ONGs, aos Secretários de Governos, Prefeitos, Vereadores, Juizes, Procuradores Públicos, Promotores de Justiça, Empresários e Sindicatos representativos da cadeia económica exploradora. Todos os segmentos foram convocados e, em alguns casos, intimados na forma da lei.

Nasceu então o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil do Piauí, inspirado nas directrizes do Fórum Nacional sediado em Brasília, espaço para os estudos, discussão da problemática, e da busca das soluções. Foi histórica aquela reunião dos segmentos vivos da sociedade piauiense, tentando através de meios administrativos ou legais resolver a problemática secular. Neste Fórum o que era acordado transformava-se em lei entre as partes. Um exemplo vivo tem seu registo num acordo com empresas de transporte colectivo e sindicato de empregados, onde criança ou adolescente desacompanhado, após as vinte e três horas, não tinha acesso aos serviços de transporte público. Contribuiu muito para afastar o contingente dos bares e restaurantes, os pequenos jornaleiros e os carregadores de sacolas da CEASA. Participou também deste acordo o Juizado da Infância e da Juventude de Teresina a Promotoria Publica da área, as Prefeituras de Teresina e da vizinha cidade de Timom do Maranhão, onde moravam mais de 60% dos meninos e meninas da CEASA.

Muitos outros agentes de mudanças foram se juntando ao mesmo ideal, inclusive a Igreja Católica através da Arquidiocese de Teresina, (ASA), como instrumento de intermediação das acções governamentais. A legislação brasileira amarra o sector público de uma maneira tão forte que impede acções imediatas quando envolve dinheiro público, daí as razões de se utilizar artifícios (intermediações) para se atingir objectivos. Como solução, foram tercerizados os serviços com as organizações não governamentais, principalmente na contratação de mão-de-obra especializada. Posteriormente depois de cumpridas as formalidades legais, os órgãos públicos começaram seus trabalhos. Assim a ideia de comunhão de esforços foi implementada, em busca de suplantar-se o destino da repetência cultural ou dos aceites como “sina a ser cumprida”.

Com a participação destes actores sociais, observa-se que houve uma queda muito sensível entre 1995 a 1999. Em 1995, em cada 1000 crianças e adolescentes, 137 estavam trabalhando. Em 1999 em 1000 essa realidade foi reduzida para 107 meninos e meninas. Vejamos então a evolução histórica da retracção do trabalho infantil após a implementação do PETI.

Dados sobre o trabalho infantil no Brasil:

| Ano da Pesquisa | Idade do Contingente | Total |
|------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1992 | 5 a 16 anos incompletos | 4.092.580 |
| 1993 | 5 a 16 anos incompletos | 3.957.976 |
| 1995 | 5 a 16 anos incompletos | 3.788.323 |
| 1998 | 5 a 16 anos incompletos | 2.887.505 |
| 1999 | 5 a 16 anos incompletos | 2.908.341 |
| (...) | | |
| 2004 | 5 a 16 anos incompletos | 2.778.133 |
| 2005 | 5 a 16 anos incompletos | 2.934.724 |
| 2006 | 5 a 16 anos incompletos | 2.718.089 |
| 2007 | 5 a 16 anos incompletos | 2.500.842 |

Fonte: MTE/ Pnad/IBGE

De acordo com a Pnad de 2007, o Brasil tinha 37.938.344 crianças. Sendo que 2.500.842, entre 5 a 16 anos incompletos, trabalhavam em média 20,10 horas por semana, quando estudam, e 35,30 horas, quando não frequentam a escola, enquanto 55% das que não vão à escola exercem actividades por mais de 40 horas por semana.

As crianças trabalhadoras, em sua grande maioria, não recebem salários: 65% das crianças que estudam e 45% das que não estudam. Das crianças de 7 a 16 anos incompletos que trabalham e recebem salário, o salário mensal médio das que estudam é de R\$ 151,00, enquanto o salário das que não frequentam a escola é de R\$ 226.00.

2.1. ANÁLISE TÉCNICA DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

2.1.1. LIXÃO” NO KM 07 ZONA SUL DE TERESINA.

Realizar uma observação técnica sobre duas actividades, dentro das piores formas de trabalho infantil e suas consequências na saúde física e mental, é o objecto deste estudo, procurando mostrar como estas crianças trabalhadoras executam suas tarefas e a cadeia económica envolvida no processo. Uma amostra através de fotografias da realidade anterior e a actual, trás um olhar mais realístico do sofrimento, da privação e do acesso às condições mínimas para uma sobrevivência digna. Retratar esta realidade é um desafio.

- **Actividade Económica:** Captadores do lixo

“Se soubesse ler, dona, não estaria aqui, o estudo faz muita falta pro serviço” (Captadora do lixão).

Crianças jogadas no lixo



Fonte: OIT/MTE/UNICEF.

- **Tarefas:** Catar materiais inorgânicos para comercialização na cadeia económica da reciclagem do lixo urbano. Retiram, também, resto de alimentos fora da validade de uso e vestuários para si e a família.
- **Condições de trabalho:** remuneração baixíssima atrelada à produção e a valores estipulados pelos atravessadores, contaminação por microrganismos, exposição às intempéries (sol, chuva, calor, frio) lesões físicas por esforço repetitivo. O contingente dividia com ratos, urubus, moscas, baratas e mosquitos o espaço de trabalho, expondo-se ao fogo, objectos cortantes e contaminados, muitas vezes oriundos do lixo hospitalar.
- **Dano social:** absentismo escolar pelo trabalho executado no mesmo horário e por doenças contraídas, tais como diarreia, febre tifóide, tuberculose,

leptospirose, doença da pele, a Dengue e outras mazelas oriundas de locais contaminados. Doenças contraídas a maior parte na ingestão de alimentos contaminados e pela jornada de trabalho irregular. Auto estima muito baixa, sofrendo de isolamento social dos bairros vizinhos, criando verdadeiros guetos. Não podiam frequentar a escola do bairro vizinho, eram proibidos de atravessar a estrada que os separavam. A única escola da vila, somente recebia alunos até à 5ª serie do ensino fundamental.

- **Situação Encontrada:** a fiscalização do trabalho constatou a presença de crianças e adolescentes no local insalubre e deletério. Na ocasião 83 crianças foram entrevistadas. Um fervilhar de pessoas disputando matéria-prima, que depois, de separadas eram pesadas e pago um valor ínfimo. Os profissionais da Prefeitura Municipal de Teresina constataram 285 crianças que viviam da colecta de material inorgânico que alimentava a cadeia económica de reciclagem. As sedes das empresas compradoras da matéria-prima retirada ficavam no Estado do Pará e Pernambuco. Foram Fiscalizadas e posteriormente assinaram acordo para não comprarem produtos onde a mão-de-obra infantil tenha sido utilizada.
- **Relato**



Fonte: Montenegro, Eliane.

O primeiro contacto aconteceu no depósito de lixo hoje aterro sanitário. Que realidade! Ocorreu como se fosse uma jornada cheia de descobertas, um encontro com recém-nascidos, crianças pequenas, adolescentes, mães e pais, avós, todos misturados naquele mundo sujo e indigno. Trabalhavam separando e juntando matéria-prima reciclável, atendendo aos atravessadores que aguardavam o resultado do trabalho. Uma cena marcou este encontro, dois homens sentados em cima de uma montanha de lixo, numas cadeiras altas, fiscalizando o trabalho daqueles seres humanos. Eram os compradores da matéria-prima recolhida.

Os materiais são separados, pesados e vendidos para os atravessadores e tem seus preços previamente fixados. “Latinhas” de alumínio na época valia um quarto de dólar, o quilo, fios de cobre limpos sem cascas, vale duas vezes mais, as embalagens de plásticos valem dez vezes menos e assim por diante. Se tiver algum problema com os atravessadores ninguém mais compra sua matéria-prima. O material de plástico e de ferro e alumínio vão para indústrias pequenas e os papéis e papelão vão para o Recife e para Belém, a indústria compra quase tudo.

Processo de separação da matéria-prima.



Fonte: Acervo Próprio.

Dividindo o espaço com urubus, ratos, mosquitos...



Fonte: Acervo Próprio.

Famílias e mais famílias dependiam desta matéria-prima. O primeiro passo foi difícil, nenhum deles queria parar para conversar com a fiscalização. Às vezes, para convencer aquelas crianças tão lindas, era preciso falar sobre a escola e aos poucos conseguia-se penetrar no mundo deles, também era perguntado o que gostariam de ser quando crescer nem assim falavam dos seus sonhos.

Difícilmente escolhiam a carreira de professor. Queriam ser médico, advogado, dono de empresa e professor, nesta ordem. As meninas queriam ser modelo ou atriz da rede Globo, na sua grande maioria. Assim foi o primeiro contacto. Outros foram feitos, possibilitando uma tomada de conhecimento do cotidiano daquelas pessoas.

Outra imagem marcante foi a da criança encontrada no meio de um monte de lixo, dentro de uma caixa de embalagem de leite em pó infantil. Tinha seis meses de idade e a mãe, quinze anos, e o pai, um pouco mais velho, viviam daquela matéria-prima. Hoje, com mais de 23 anos, teve três filhos, sendo que um morreu da doença

mais comum da pobreza: diarreia seguida de desidratação. Os registos fotográficos se perderam pela censura dos defensores da imagem infanto-juvenil: a Lei e seus agentes.

Retrato fiel da nossa sociedade: “ *Que mundo tão desigual, de um lado é um carnaval, do outro a fome total*”. O olhar ainda não consegue atravessar as fronteiras da miséria e demandar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Não consegue transcender ao espaço geográfico e nem a exclusão imposta por uma economia massacrante.

Nasceu uma vila, ao lado do depósito de lixo. Quase todos os seus habitantes viviam directa ou indirectamente do “lixão.” Era como uma extensão do grande depósito, nas áreas externas e no interior das casas estabelecia o grande armazém da matéria-prima recolhida. Fazia parte do mobiliário familiar, ninguém achava estranho.

Residência como depósito de lixo...”matéria-prima.”



Fonte: Acervo Próprio

Os motoristas que transportavam alimentos estragados oriundos dos supermercados alertavam as crianças da vila quando vinham depositar as mercadorias danificadas, prazo de validade vencido ou embalagens danificadas. Somente queriam matar a fome daquelas pessoas. O sentimento era de solidariedade. Não tinham conhecimento do mal que ocasionavam. No dia seguinte, as crianças adoeciam: intoxicação alimentar.

A escola sofria muito com esta realidade, sendo o índice de absentismo dos alunos altíssimo. Os professores e professoras tentavam alertar aos pais das crianças, explicavam os alunos e as alunas estavam sendo prejudicados, mas a família também não conseguiam absorver a realidade. Eles não percebiam o mal que faziam a seus filhos.

Uma acção diferenciada dos empregados da Prefeitura de Teresina e a participação directa da escola foi o ponto marcante. A credibilidade do Ministério do Trabalho e das pessoas envolvidas nos trabalhos foi o factor preponderante. Uma vez a

permissão concedida e consentida, a acção foi iniciada tentando transmitir conhecimentos específicos e envolver os professores, os pais, as crianças e os jovens na erradicação do trabalho infantil. O convite para a tomada de consciência da realidade e da transformação que a vila iria sofrer foi feito pessoalmente pela fiscalização do Trabalho. Com muita dificuldade uma bolsa de estudos foi atribuída para cada menino que desistisse do trabalho e retornasse à escola.

Escola da vila



Fonte: Acervo Próprio

Teresina foi uma das primeiras cidades a introduzir este benefício. A princípio com recursos próprios, a escola recebeu uma grande modificação, inclusive passou a oferecer o ensino fundamental completo. Foram criados turnos especiais de estudos visando um melhor aproveitamento escolar destes meninos e meninas exploradas.

Os profissionais da Prefeitura trabalhavam dia e noite na conscientização dos envolvidos. Os Educadores Sociais, os “formiguinhas”, incansavelmente numa tentativa de alterar o comportamento social de crianças e adolescentes em situação de risco, nas ruas e nas casas de Teresina. Conversavam, ouviam suas reclamações e as suas razões para estarem naquele desterro. E aos poucos iam convencendo um a um a retornar à escola ou no caso dos meninos e meninas de rua, a voltarem para seus lares. É muito silencioso e invisível este trabalho.

Os Fiscais do Trabalho foram exigir da Prefeitura a transformação do “lixão” em aterro sanitário. De início, apelou-se às imposições da lei, na área da saúde e segurança do trabalho. Os Equipamentos de protecção à saúde começaram a ser utilizados, e os primeiros tractores de remoção de lixo com ar-condicionado, foram entregues aos empregados. Assim encontravam-se protegidos do grande calor e dos agentes poluidores externos. As exigências da área de medicina e segurança no trabalho foram cumpridas no que se refere ao trabalhador municipal. Aos captadores, ainda, nada foi feito. Foge à competência da fiscalização do trabalho, a lei limita as acções governamentais. Cabe às Procuradorias as acções de defesa.

Os supermercados aderiram ao trabalho, triturando todos os alimentos, antes do transporte para o “lixão”. As empresas compradoras de matéria-prima obrigaram os seus intermediários a não utilizar a mão-de-obra infanto-juvenil. A cadeia de acções foi implementada. E com a elaboração de um projecto de profissionalização dos adolescentes para outras actividades, a vila mudou de perfil. A Prefeitura de Teresina, à época, mantinha Projectos Sociais voltados às crianças em situação de risco, em parceria com a UNICEF e a ASA de Teresina. Estas duas entidades foram convocadas para implementarem uma política de protecção de persuasão às mudanças da realidade vivenciada pelas famílias envolvidas no “Lixão”. A Universidade Federal do Piauí, entrou como parceiro na cessão de estagiários e pesquisadores. O Governo Estadual durante 2 anos, incluiu os jovens maiores de 18 anos, oriundos destas famílias, no Programa de Formação Profissional. Este Programa tinha verba especial do MTE.

A fiscalização do Ministério do Trabalho participou de várias reuniões com alunos, pais, mães, professoras, directoria da escola, alunos tentando transmitir os direitos e deveres de cada um. A escola foi o ponto de convergência de todos. Inclusive das reclamações pelo não cumprimento do que tinha sido acordado. O principal ponto de divergência era o pagamento das bolsas de estudos aos meninos e meninas que abandonassem o trabalho e a indicação de um adulto do grupo familiar para uma formação profissional, buscando-se uma alteração da situação crítica de pobreza.

A Prefeitura iniciou um Programa de habitação, num sistema de co participação com a família. Mais ou menos assim: material versus mão-de-obra. A vila passou por um programa de serviços básicos em todas as áreas, inclusive serviços de responsabilidades do Estado, como água e energia eléctrica.

Projecto residencial básico, PMT (acervo próprio).



2.1.2. PROJECTO DE ACÇÃO INTEGRADA

À execução do projecto PAI foram integradas às acções da Prefeitura Municipal de Teresina, nas respostas às exigências do ECA e da lei Orgânica da Assistência Social (LOA) em 1996 incorporada nas directrizes do município a partir de 1997. Da metodologia a ser seguida, ditada pelo governo Federal:

A metodologia de elaboração desse Programa consiste em:

- I. Mobilizar entidades locais, levantar a situação geral e sensibilizar os atores e os governos locais, com vistas a formar comités regionais compostos por organizações locais da sociedade civil e por representantes dos governos federal, estadual e municipal;
- II. Elaborar um diagnóstico da situação:
 - Por meio de uma pesquisa qualitativa e quantitativa (número de crianças, número de escolas, quantidade de professores, de postos de saúde etc.);
 - E de um estudo socioeconómico da região com suas alternativas económicas;
- III. Fazer o planejamento estratégico com atores locais;
- IV. Identificar os recursos técnicos e financeiros dos membros do Fórum Nacional – governos estadual e municipal - que permitam a execução das propostas feitas no planejamento estratégico e analisar a viabilidade de sua implementação;
- V. Elaborar um documento de consolidação das propostas sugeridas pelos órgãos locais e pelos membros do Fórum Nacional;
- VI. Selecionar e detalhar, por setor, os projetos que comporão o PAI;
- VII. Negociar as parcerias dos membros do Fórum Nacional com os governos estadual e municipal para destinar recursos aos projetos;
- VIII. Definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PAI. (MTE, Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas, 1998: 33)

Definição local:

A Prefeitura Municipal, através de um programa especial denominado de PAI- Projecto de Acção Integrada, implementou as acções para atendimento ao contingente detectado pela fiscalização do trabalho.

Iniciou no ano 1996 na Vila São Francisco, vulgo Vila do Lixão, com objectivo de fortalecer os vínculos familiares entre pais e filhos e combater o trabalho infantil. Projecto sociopedagógico junto das crianças e adolescentes no depósito de lixo de Teresina, consistiu em oferecer condições de cessar as actividades de colecta selectiva de objectos no local: o ingresso/regresso, permanência na escola formal como também a iniciação profissional aos adolescentes a partir dos 14 anos. Parceiros: DRT e a SETAC.

Foi oferecido uma bolsa incentivo com o objectivo de aumentar a renda familiar, elaborado um contrato onde ficou estabelecido o compromisso da família de mandar seus filhos para a escola e a garantia da convivência com seus familiares. Por parte da PMT um maior controlo o trabalho de crianças e adolescentes no Lixão.

Rede de Atendimento Municipal da Criança e do Adolescente da PMT:

- NAICA – Núcleos de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente,
- Brinquedoteca
- Casa Criança Cidadã
- Creches municipais e comunitárias

Resultados a alcançar:

- Retirada do contingente do “lixão”.
- Profissionalização dos pais ou membro da família.
- Acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes na escola.
- Garantia de todos os direitos previstos no ECA. (art.4).
- Condições de moradia mais digna.
- Urbanização da Vila.
- Bolsa escola para quem voltasse às aulas.
- Jornada ampliada na escola.

Objectivo Geral:

Reduzir a situação de riscos de crianças e adolescentes que vivem em famílias em situação de risco e de indigência.

Objectivos específicos:

- Fortalecer o papel da família.
- Atender aos membros da família em situação de risco.
- Reflectir sobre as relações de género.

- Realizar estudos envolvendo os diversos aspectos do cotidiano dos meninos e meninas explorados na área do trabalho.
- Divulgação do ECA.

Metas

- Estimular a melhoria de renda dos pais dos meninos e das meninas, que trabalham no “lixão”.
- Possibilitar aos adolescentes oportunidades para aquisição de renda.
- Possibilitar a reciclagem dos profissionais da SEMCAD sobre os direitos da criança.

Avaliação dos profissionais da Prefeitura Municipal, do ano base 1996:

Em virtude das situações de extrema pobreza e da falta de alternativas eficientes de geração de renda, os pais ou responsáveis voltaram a utilizar-se da exploração de seus filhos e filhas na actividade de colecta de lixo, exigindo das autoridades competentes acções que contivesse esse tipo de conduta. Os pais foram convocados a deixarem seus filhos na escola e a desenvolverem alguma actividade que complementasse a renda familiar. O ECA tinha que ser cumprido. A difícil realidade era mais sólida do que os estudos daqueles profissionais.

Um projecto de tão pouca duração não podia alcançar melhores resultados do que se obteve. Resta-se dar continuidade com acções de carácter mais duradouro e global (PMT/Relatório, 1997: 4-5)

Até a Implantação do PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal, o PAI foi a mão que conduziu estas crianças de volta para a sala de aula. Mediante um trabalho onde se foi buscar a dignidade humana através da escola centro de todas as mudanças.

Como crítica fundamentada chamo a atenção para:

Em Teresina, essas transformações se traduzirão numa nova institucionalidade na área da criança e do adolescente, com a criação e redefinição de órgãos públicos e de espaços de discussões e deliberação no âmbito da sociedade, ensejando condições para que o debate sobre a questão do trabalho infantil se desse em outro patamar e sob um novo enfoque. Todavia, malgrados os esforços, isso não resultou, em políticas sociais universais e intersetoriais, fato atribuível, ao legado histórico destas e, em parte, aos próprios limites do município, afetado pela pobreza e pelo baixo desenvolvimento econômico, vinculados ao modelo nacional vigente. Os projetos revelaram um atendimento abaixo da demanda, com baixa qualidade nos serviços prestados e condições precárias de funcionamento, na maior parte das unidades, no que se refere aos aspectos físicos e de recursos humanos, o que leva à afirmação de que, pelo menos com relação a isso, **não houve rupturas** com as

práticas anteriores à Constituição de 1988, mas **permanências** das mesmas características (Rodrigues e Lima, 2003: 5).

Uma nova realidade vista pela Fiscalização do Trabalho: os meninos e meninas brincavam e conversavam nas pracinhas da escola. Sem as marcas das doenças de pele e da tristeza estampada nos rostos daqueles excluídos. Já eram aceitos nos bairros vizinhos, nas disputas desportivas entre classes. O segundo grau da grade curricular, foi implementado, não precisavam sair de seu bairro e procurar recursos distantes. As moradias receberam estímulos financeiros para reformas, num trabalho também da Prefeitura Municipal. Não faltou a vontade política para a melhoria daquela realidade.

Crianças e adolescentes em Fevereiro de 2009, na vila São Francisco



Fotos retiradas de dentro da escola para fora, sem lixo nas residências ...



Na Escola: Biblioteca, sala de informática....a mesma sala de aula com alunos participativos. Na cantina está escrito: “Não desperdice merenda”.



Fonte: Acervo Próprio

O depósito de lixo é o vizinho de sempre, as pessoas é que estão diferentes. Os adultos continuam a trabalhar na recolha de material. Conforme a Directora da escola alguns alunos de hoje são filhos dos meninos e meninas de 12 ou 13 anos atrás. E em conversa com algumas professoras que participaram do projecto de mudança, constatei que a vila tem hoje outro perfil, transformou-se num bairro, com suas ruas e praças arborizadas, com serviços públicos básicos e aprendeu a conviver com seu vizinho o “lixão”. A escola transformou-se numa referência dentro da comunidade. Inclusive no lazer, as crianças e jovens permanecem em sua área interna, promovendo encontros festivos onde a música é o centro de atracção. Na sala de aula, com alunos da terceira serie, crianças entre 9 e 10 anos, fui informada que hoje conseguem ler e interpretar o que lêem. Conseguiram espaços dentro da Secretaria Municipal de Educação, nos exames e nas olimpíadas nacionais. A classificação obtida como o 7º do Brasil e o 1º da região nordeste em português e matemática, é motivo de orgulho entre eles. A escola foi o caminho para levantar a auto-estima daquela população.

A Directora da escola orgulhosamente mostra o prémio



Fonte:

Acervo Próprio

A Prefeitura de Teresina contratou empresa para os serviços de colecta do lixo da cidade, bem como dos cuidados com o Aterro Sanitário. Em conversa com o gerente da empresa responsável, fui informada que os meninos sempre tentam voltar a área, mas a vigilância os proíbe, inclusive quando alega que vão levar a refeição aos pais tem que esperar do lado de fora. Não foi possível registar a realidade, somente ao longe, os captadores não aceitam. As fotografias já não são aceitas por eles, ficaram mais desconfiados, inclusive nas entrevistas. Defendem-se muito mais dos agentes

estranhos ao seu modo vivente. É como se tivesse receio de perderem aquela forma de trabalho.

A reciclagem do material inorgânico no Brasil alcançou uma proporção muito forte e hoje representa uma força dentro da economia brasileira, assim os captadores se associaram às cooperativas tentando um fortalecimento maior dentro do mercado. Quase todos são cooperadores e se juntam para conseguir melhor preço aos produtos recolhidos.

2.2. NAS OLARIAS DA ZONA NORTE DE TERESINA.

“Na olaria, o barro não acaba, quem acaba é nós”...AAC 13 anos (1996)

As crianças precisam trabalhar para ganhar dinheiro e aprender logo o serviço. Todo mundo aprende cedo e depois não pode parar, porque senão prejudica a família, e o dinheiro que as crianças ganham ajuda muito. (mãe de 31 anos, 20 anos de Olaria).



Fonte: OIT/MTE/UNICEF.

2. Actividade Económica: Serviço em Cerâmicas e Olarias.

- **Tarefas:** preparação da matéria-prima fabricação e transporte de tijolos e telhas para secagem, enfornamento, empilhamento pós secagem, transporte para os caminhões.
- **Condições de trabalho:** não utilização de EPI, excesso de peso, ambiente insalubre, exposição às intempéries, postura inadequada, doenças do aparelho auditivo e respiratório. Baixa remuneração ou nenhuma, quando do regime de economia doméstica.
- **Dano Social:** A criança que trabalha em olaria faz o transporte da matéria-prima carregando muito peso, sua coluna e seus membros ficam deformados. A exposição ao sol e à chuva, o trabalho a céu aberto, traz vários comprometimentos inclusive a sazonalidade da actividade os afastando da escola formal.

O processo produtivo começa com a extracção do barro, que em seguida é colocada num local plano para a moldagem, tomando assim a forma desejada. Depois colocada em grandes fornos empíricos e queimada. Posteriormente resfriada e transportada para o local destinado à venda do produto.

O trabalho é mecânico, rotineiro, a falta de alternativas para geração de rendas o transforma numa única forma de subsistência desenvolvida a mais de 150 anos, uma tradição cultural da região.

Fornos e empilhamento dos tijolos e objectos de cerâmicas.



Fonte: Acervo Próprio

Situação encontrada: 1996 a 1997

Residências dos oleiros.



Fonte: Acervo Próprio.

• Condições de moradia:

1. Parede de “pau a pique” ou tabiques, cobertura de palhas ou mesmo telhas retiradas da olaria considerado como material excedente ou danificado.
2. Cobertura de palha da carnaúba ou do babaçu ou sobras de telhas artesanais.
3. Área pequena no máximo três cômodos. (sala, quarto, cozinha). Em média seis residentes.
4. Condições de higiene:
 - Água potável – sim. Apenas uma torneira externa liga a casa à instalação de água tratada. Neste local fazem toda a higiene das louças, roupas e banhos de crianças, também utilizam os rios como local para lavar suas roupas.
 - Esgotos – Não. Servem-se do sistema de fossas.
 - Lavatórios – Não.
 - A prefeitura distribui casa de banhos e filtros de água .

- Observação: estes filtros são fabricados pelos oleiros e adquiridos pela PMT.
- Escolas: Várias escolas à disposição, mas sem política especial de educação.
- Profissão: Oleiros e comerciantes de objectos artesanais de cerâmicas.
- Lazer: Futebol de “areia”, “pelada” ou de praia, os rios oferecem praias de areia fina
- Cultura: Inter-relacionada com o trabalho nas olarias. Confeccões de objectos e de animais em especial os anjos, a arte “santeira” e as mulheres no seu quotidiano.

O elo social: A associação de moradores do bairro, as igrejas católicas e as evangélicas.

Não existia violência urbana.

- **Relato**

A jazida de argila situada na zona norte de Teresina na confluência dos rios Parnaíba e Poty foi aos poucos se tornando a mais importante fonte de recurso das famílias que moram na região. Em 1996 foram cadastradas 200 famílias composta em sua maioria por crianças e adolescentes na faixa etária dos zero aos dezassete anos, com uma renda familiar de 0,5 a 2 salários mínimos. Hoje seria em torno de 200 dólares, para alimentar uma prole de, no mínimo, 4 filhos. Foram cadastradas pela fiscalização do trabalho 20 olarias e 39 pessoas que exploravam os trabalhos destas crianças e adolescentes. O relatório foi encaminhado à Prefeitura Municipal para as providências necessárias inclusive a inclusão destes pequeninos e suas famílias, no Projecto de Acção Integrada.

O pagamento dos salários está atrelado à produção com valores ínfimos o que obriga os pais à inclusão dos filhos no processo, numa jornada de trabalho de 08 a 10 hrs diárias, trabalhando ao céu aberto expostos a todos os tipos de agentes externos.

Nas primeiras fiscalizações foi constatada a presença de 189 crianças que, entrevistadas pelos Auditores do Ministério do Trabalho, informaram todas as actividades desenvolvidas e constatada in loco uma situação muito crítica quanto à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. 67,2% destas crianças não estudavam estavam matriculadas nas escolas próximas, mas nem o nome de seus professores sabiam informar. Os pais ou responsáveis pelas crianças, faziam contratos com os proprietários dos terrenos através de arrendamentos, burlando assim o vínculo trabalhista. As restrições da lei impediam a acção do Ministério do Trabalho.

Quando do início dos trabalhos de retirada do contingente, várias dificuldades foram encontradas principalmente com a cultura da região. Tinha uma família com mais de 60 membros que sempre trabalharam nesta actividade e nem admitiam ouvir as novas propostas de vida. A proprietária da olaria era uma senhora de quase 70 anos, que comandava toda a família nos trabalhos nas olarias e comércio derivado do fabrico dos produtos.

As Procuradoria do Trabalho, os Auditores Fiscais, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, todos participaram de várias reuniões com as Associações de Moradores dos bairros envolvidos. Através de uma análise apurada foram observadas as reais necessidades do contingente e em decorrência implementado um programa de desenvolvimento do sector.

A Delegacia Regional do Trabalho do Piauí, em conjunto com a Procuradoria Regional do Trabalho, instaurou um Inquérito Civil Publico. Depois de várias “mesas de negociações” foi assinado um “Termo ajuste de conduta”, com 39 pessoas e uma participação activa dos pais, ou responsáveis, das Associações dos Moradores e dos Sindicatos das actividades envolvidas. A Cláusula principal era a proibição de qualquer criança ou adolescente trabalhar nas olarias, sendo prevista multa pecuniária pelo não cumprimento, uma multa para cada menino ou menina encontrados no local de actividade dos oleiros.

2.2.1. PROJECTO DE ACÇÃO INTEGRADA

Diante da realidade e dos compromissos assumidos perante toda a sociedade civil de Teresina a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, procurou valer os direitos destes meninos e meninas com a implementação, em Julho de 1997 do Projecto de Acção Integrada o PAI. Foram considerados parceiros:

- Procuradoria Regional do Trabalho, como órgão inibidor da utilização da mão-de-obra infantil,
- Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelo mapeamento de focos de trabalho, fiscalização e mobilização do poder público e da sociedade civil,
- Promotoria Pública da Infância e Juventude no controle da matrícula de filhos ou pupilos na escola,
- Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, como apoio à implementação da política de assistência social junto à família oleira,

- Secretaria Municipal Meio Ambiente, como capacitador das famílias oleiras na preservação do solo, inclusive com projectos específicos de plantio de árvores na região.
- Secretaria Municipal da Industria e Comércio, ajustando as iniciativas de geração de renda e à criação de núcleos produtivos,
- Fundação Wall Ferraz, na profissionalização dos adolescentes e dos pais.
- Conselho Tutelar responsável pela requisição de serviços públicos na área de educação, saúde, serviço social, trabalho, segurança e demais direitos relativos aos meninos e meninas de Teresina.

Contingente abrangido: 170 Famílias

236 Crianças

Objectivos: Intervenção sócio educativa,

Capacitação de educadores da escola formal para a aplicação dos blocos de temas transversais

- Fortalecimento dos vínculos familiares,
- Ingresso, regresso, permanência e sucesso na escola formal,
- Profissionalização dos adolescentes, pais e responsáveis,
- Bolsa escola: 66 meninos e meninas envolvidos no projecto. Valor à época de 60 dólares mês

Observações: em 1998 e 1999 foram distribuídas 115 bolsas escola na região das olarias.

A partir de 1998 foi acrescido a bolsa profissionalização para os adolescentes, compreendendo o valor do curso, o vale transporte e uma compensação financeira para a família (incentivo).

Apoio financeiro: UNICEF e PMT.

Neste período foram iniciados os encontros das famílias com pais/responsáveis de crianças e adolescentes integrados no programa social. A concessão da bolsa-cidadã limitava a uma criança ou adolescente por família mas a participação das actividades sócio educativa não estava incluído no limite, podendo participar todas as crianças encontradas no trabalho.

Nas actividades sócio educativo estão compreendidas o Futebol, a Capoeira e a fanfarra, além das actividades extra curriculares abordando os eixos temáticos sobre Drogas, Família, Sexualidade, Trabalho Infantil e Meio Ambiente.

Avaliação:

O PAI foi muito importante para começar uma mudança do pensamento da sociedade teresinense, principalmente dos envolvidos que se negavam a alterar uma cultura enraizada de que “é melhor uma criança no trabalho do que na rua” para “é melhor uma criança na escola do que na rua”.

Nos três anos de existência o Projecto foi considerado positivo, pela Administração da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente.

- 141 Adolescentes foram profissionalizados.
- 51 Pais e ou familiares fora profissionalizados.
- 103 Crianças e adolescentes integrados no Programa.

Avaliação da PMT dos três anos de implementação do Projecto:

Parceria, é isto: sentar na mesa e definir em conjunto, discutir e elaborar, todos juntos. Uma Ultrapassa o simples limite da articulação intersectorial; não se trata de actividade articulada, mas de gestão compartilhada. Isso faz vivenciar a descentralização de fato, do poder de definir.” (Yolanda Sá, Secretária em Exercício da Criança e do Adolescente, 1999).

No entanto, o Projecto possui uma concepção inovadora, por propiciar a integração entre diversos órgãos públicos, não só municipais, como também de outras instâncias de governo.

Essa forma de actuação difere da que habitualmente se encontra na administração pública brasileira, na qual prevalece a competição entre os órgãos do governo, ao invés da cooperação e da complementação de serviços. No caso do Projecto de Acções Integradas, o governo local procura superar a falta de recursos associando-se a outras instituições.

Por meio do acesso à informação propiciado aos seus beneficiários, o Projeto também contribui para o estabelecimento de uma relação menos predatória com o meio ambiente. A iniciativa ainda enfrenta, entretanto, sérias dificuldades, como a falta de alternativas no mercado de trabalho local e o baixo nível de escolaridade da população atendida. Diante dessas dificuldades, o principal desafio é evitar o assistencialismo, estimulando a conquista de autonomia por parte das famílias que trabalhavam nas olarias” (Projecto PAI/ PMT, 2000).

“Dos nossos meninos, todos estão na escola, independentemente da bolsa; e hoje os pais têm uma visão diferente daquela do começo da nossa história; hoje são conscientes de que lugar de criança é na escola.” (Zeneide Santos, Assistente social que trabalha no Projecto PAI, 2000).



CAPITULO III: ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA.

3.1. PETI -PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O PETI caracteriza-se como um programa de assistência social e tem como objectivo principal retirar a criança do trabalho. Foi lançado em 1996 no Rio Grande do Sul, como a primeira acção concreta de combate ao trabalho infantil no Brasil. Assim foi alargando-se pelo Brasil afora, chegando ao Piauí pelos idos de 1999. Assegura a matrícula escolar e obriga à frequência para continuar no programa com recebimento de uma bolsa escola. Abrange uma faixa etária de 7 a 14 anos, período destinado ao ensino básico obrigatório. Em caso, especiais, quando o adolescente corre risco social eminente, pode ser estendido este limite quando encaminhado pelo Conselho Tutelar e Programa Sentinela, em parceria com o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano que assegura atendimento especial a maiores 15 e menores de 18 anos.

O público-alvo é a família com renda *per capita* de 0,5 s.m com crianças trabalhando em locais perigosos, penosos ou degradantes e insalubres. O objectivo central é aliviar o estado de pobreza e impedir a reprodução através de programas específicos de desenvolvimento. Na verdade as medidas são paliativas, não alteram as estruturas das relações sociais, especialmente a relação do trabalho, e mais, não apresentam propostas, nem a possibilidade de implementar políticas voltadas para a distribuição de rendas. A Bolsa Criança Cidadã que tem como compromisso, criar as condições mínimas de sobrevivência e de satisfação das necessidades básicas tem um carácter compensatório e de valor ínfimo.

O Programa teve adesão imediata das famílias envolvidas, principalmente pela garantia desta remuneração por cada criança que retornasse à escola. A frequência é obrigatória e o programa prevê uma outra jornada na escola para estudos e desenvolvimento denominada de jornada ampliada. No Brasil, no ensino público, o aluno só permanece no máximo 4 hrs nas escolas. As Secretarias de Educação dos Municípios e as Estaduais recebem suplementação financeira do PETI, visando um maior interesse e envolvimento na proposta pedagógica da jornada ampliada, aumentando assim a carga horária escolar.

Das Jornadas Escolares Ampliadas:

Núcleo Básico: através de actividades articuladas entre si, objectiva um enriquecimento do universo cultural, lúdico e de informações, destas crianças e adolescentes de 7 a 15 anos. A interacção social, o fortalecimento da auto-estima e o estreitamento dos laços familiares, escolares e da comunidade fazem parte do processo de desenvolvimento previsto no Programa.

Núcleo Específico: desenvolver as capacidades artísticas desportistas e de aprendizagem, objectivando a sociabilidade, o auto-conhecimento corporal, convivência em grupos e um apoio no processo de aprendizagem por meio de reforço escolar com aulas especiais na área dos direitos humanos, educação ambiental e da conscientização dos riscos sobre o trabalho precoce.

Forma de acesso ao PETI: O programa está disponibilizado a todos os municípios por meio da identificação das situações de trabalho infantil, cabendo à Secretaria Municipal de Assistência Social realizar o cadastramento das famílias, crianças e adolescentes no Cadastro Único e ofertar o serviço socioeducativo no âmbito de seu território.

Para que essas crianças e adolescentes e suas famílias sejam atendidos, o município deve fazer diagnóstico das crianças e adolescentes em situação de trabalho, incluir os dados das famílias e crianças/adolescentes, estruturar os serviços sócios educativos e incluir as famílias nas acções da rede social. O pagamento do benefício por meio de cartão magnético operacionalizado pela Caixa Económica Federal.

Observação: Número de cadastrados no município de Teresina: Aproximadamente 3000 crianças e adolescentes. Em Março de 2009 foi iniciado um novo cadastramento onde será acrescido um maior número de crianças e adolescentes em situação de risco.

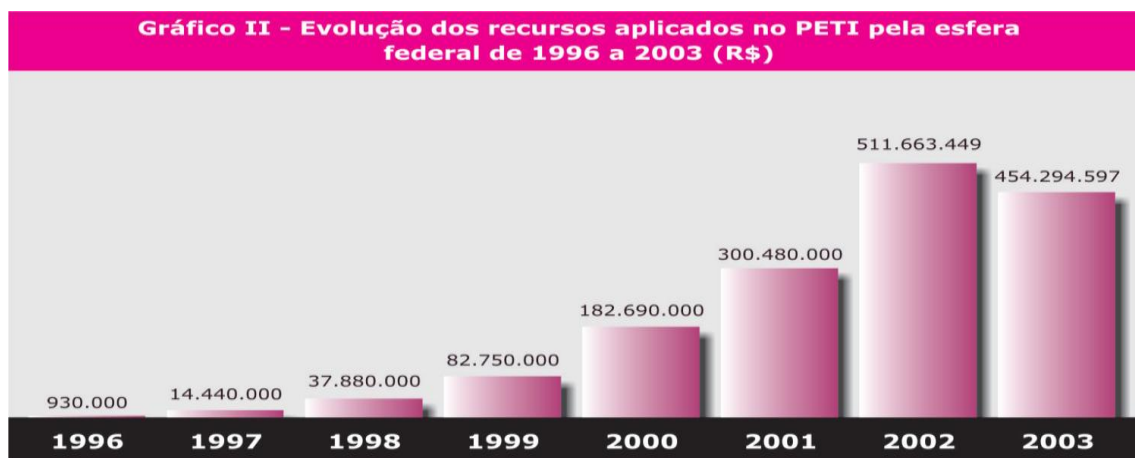
O controlo social das acções do PETI não se encontra consolidado em todo o País, assim defronta-se com muitas dificuldades e o Estado não pode, sozinho, fiscalizar. A sociedade civil ainda não participa deste processo, as estruturas das organizações existem falta envolvimento dos actores sociais. Sabe-se que há alterações na execução do Programa, pois no âmbito municipal, o seu controlo é ainda mais complicado.

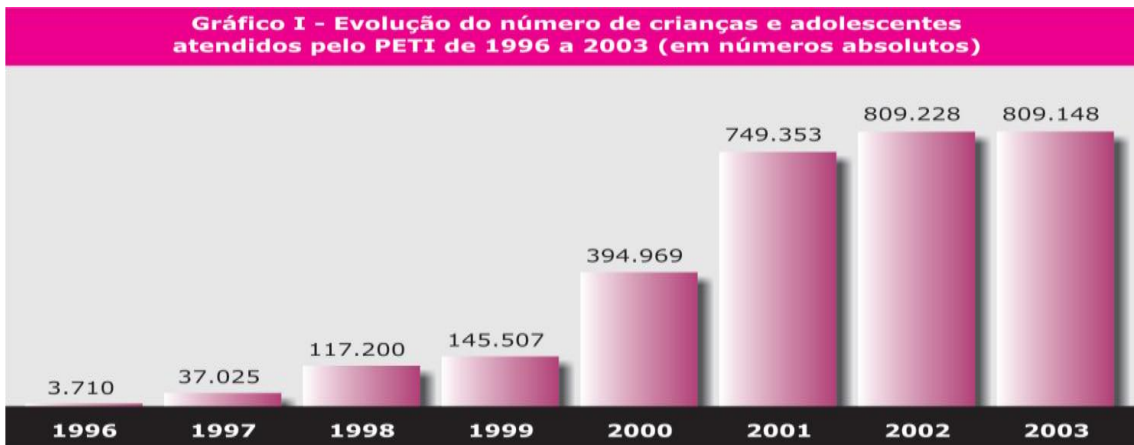
Na elaboração do Plano Nacional foram ouvidas várias personagens importantes do Brasil, que unanimemente aplaudiram os seguintes aspectos: o ordenamento jurídico democrático, os programas governamentais de combate ao

trabalho infanto-juvenil, principalmente o PETI e as campanhas institucionais buscando a conscientização da população.

Mas ao analisarem os problemas ainda permanentes ou existentes afirmam: para uns, o modelo de desenvolvimento brasileiro dá sustentação às desigualdades sociais, admitindo que a erradicação do trabalho infantil somente a médio ou a longo prazo possa ser possível. Para outros, a definição governamental como decisão política envolvendo todos os sectores da sociedade brasileira a fim de haver uma pressão da opinião pública para a sustentabilidade destes programas num prazo mais curto através de medidas onde os recursos, os gestores e demais agentes sejam definidos para a sua execução.

Tendo havido concordância quanto às formas ou modelos de acções: a bolsa escola deva ser universalizada e a unificação dos programas a nível nacional, com valor justo, e a exigência da frequência escolar e da jornada ampliada para os participantes. Reivindicam que a fiscalização deva ser feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com cadastro elaborado levando em conta a realidade constatada pela Fiscalização do Trabalho, com a devida inclusão destes meninos e meninas no Sistema de Garantia de Direito assim evitaria a falta de dados básicos e identificadores deste contingente, tais como o nome e endereço. Outra sugestão é a adesão de novos actores sociais no processo de defesa destes meninos e meninas, principalmente os profissionais da área da saúde, dos esportes, da cultura trazendo assim uma melhoria de qualidade nas jornadas ampliadas em todo Brasil.

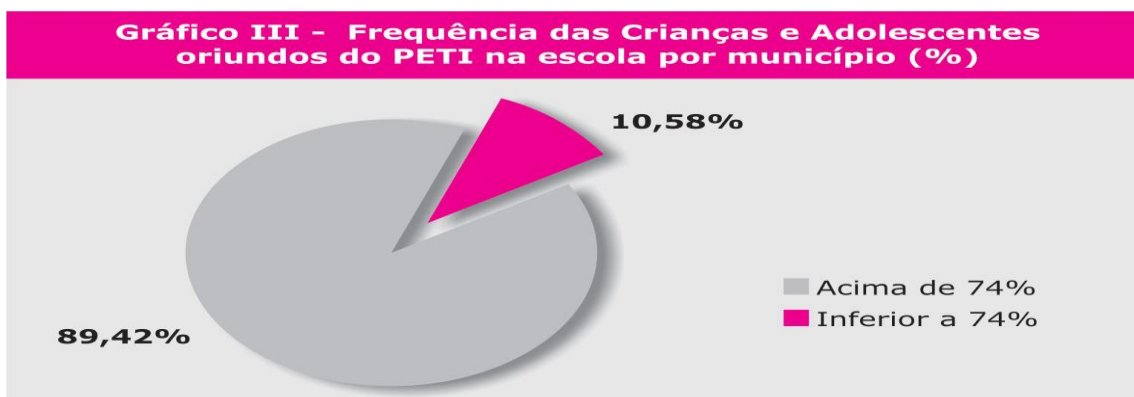


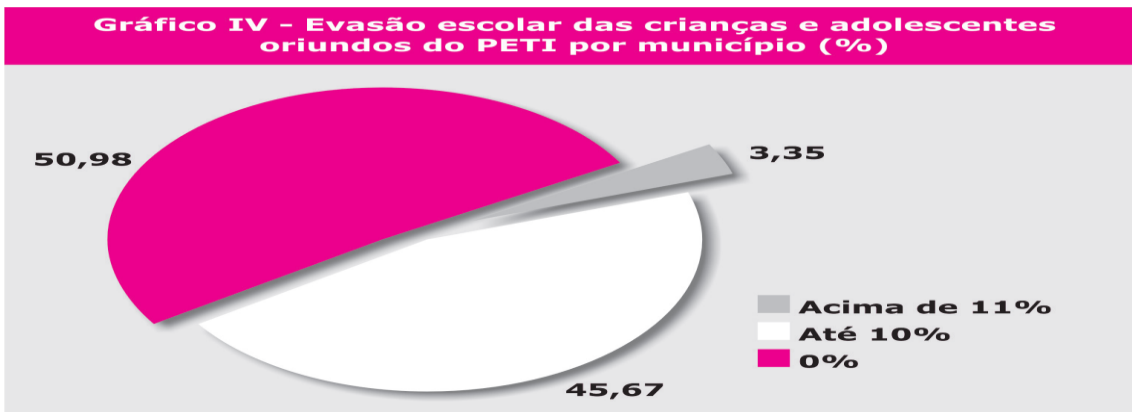


Fonte: Análise Situacional do PETI, Governo Brasileiro e UNICEF (2004).

Segundo a Unicef em sua Análise Situacional do PETI em 2004, no primeiro ano de execução do Programa em 1998, houve um aumento ou crescimento do atendimento em 3.000%, e os recursos alocados cresceram na proporção de 4.000%. De 1999 para 2001, o Programa apresentou um crescimento de 500% em termos de atendimento e 350% de recursos aplicados. A ampliação da cobertura do Programa de 2001 para 2003 (dados de Agosto), em relação ao atendimento, abarcou apenas 59.795 crianças e adolescentes, a mais, representando um crescimento muito pequeno, que pode indicar uma desaceleração do Programa. Quando 2003 é comparado com 2002, verifica-se uma estagnação em termos de atendimento e uma diminuição dos recursos financeiros.

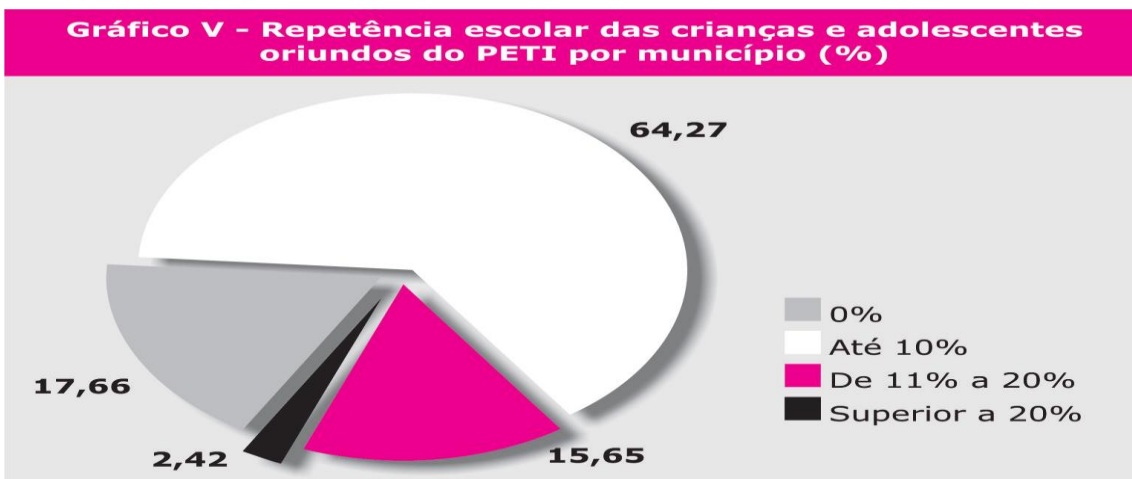
Houve uma redução nos recursos aplicados no PETI pela esfera federal em 2003, sem alterar de forma significativa o número de crianças e adolescentes atendidos. A diminuição dos recursos não prejudicou directamente o público do PETI, mas avalia-se que o impacto da redução tenha incidido sobre a jornada ampliada e outras ações desenvolvidas pelo Programa, especialmente as de geração de emprego renda.





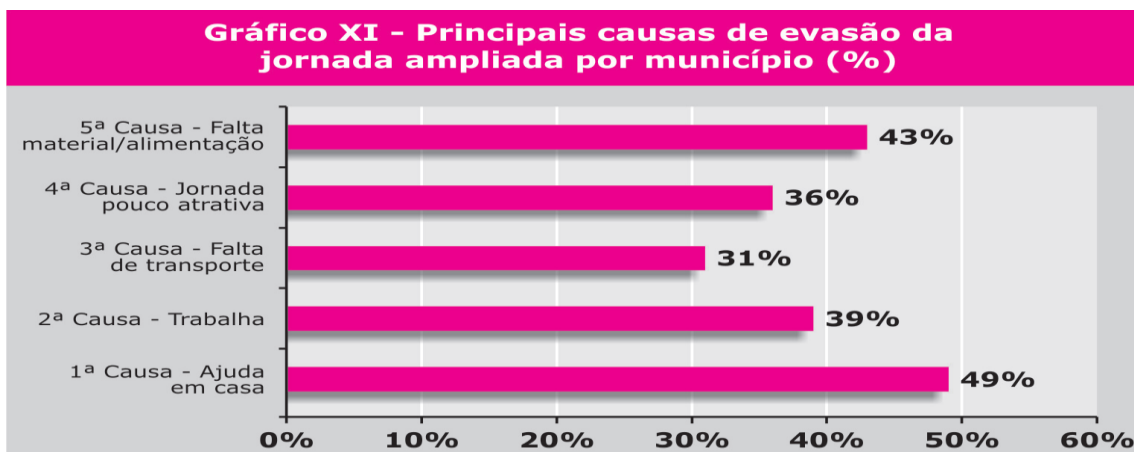
Fonte: Análise Situacional do PETI, Governo Brasileiro e UNICEF (2004).

São exigências do PETI a frequência de 75% do ano lectivo. Diante dos dados indicados nos Gráficos seria bom examinar as estratégias utilizadas em âmbito municipal para a situação daqueles beneficiados que não alcançam a frequência mínima exigida e a responsabilidade da rede educacional diante do cenário apresentado.



Fonte: Análise Situacional do PETI, Governo Brasileiro e UNICEF (2004).

Quanto ao percentual de presença das crianças e dos adolescentes na jornada ampliada, cerca de 87% dos municípios informaram que é acima de 74%; 11% indicaram estar entre 60% e 74%; 1% até 50% e 1% entre 51% e 59%. Aproximadamente, 14% das crianças e dos adolescentes não conseguem a frequência mínima exigida na jornada ampliada.



Fonte: Análise Situacional do PETI, Governo Brasileiro e UNICEF (2004).

No Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira (UNICEF,2003), o nível educacional da mãe está atrelado diretamente à situação econômica da criança e do adolescente. No entanto, apesar desta representativa não é factor determinante devido à diversidades de factores interdependente que garante a iniquidade da sociedade brasileira.

O carácter assistencialista do PETI dificulta a emancipação das famílias. Proporciona condições à criança e ao adolescente atendidos, de terem acesso a bens e a serviços públicos, em especial ao direito à educação, garantindo-lhe também alimentação no entanto, ao ser desligado do Programa questiona-se sobre as alternativas propostas às famílias nesta situação.

As opiniões sobre o PETI em Teresina:



Fonte: MTE /OIT/Unicef.

A implantação do PETI forneceu, pelos critérios adoptados, aos projetos da SEMCAD, uma definição mais precisa do perfil do público a ser atendido, e a alteração das metas de atendimento, havendo poucas modificações em termos da condução das actividades e do conteúdo das propostas sócio educativas. Até então os projetos centralizavam as acções na criança e no adolescente, mesmo reconhecida a necessidade de trabalhar as condições de vida das famílias. A proposta do PETI preconiza uma nova abordagem, implicando o deslocamento do foco da atenção da criança, ou adolescente, para o grupo familiar. Ademais, em 2000, a cobertura é

ampliada para 800 crianças e adolescentes e, em 2001, para 1.600, incluídas outras Unidades de Atendimento, principalmente as localizadas na periferia, que tinham crianças e adolescentes com perfil definido nacionalmente.

Vale ressaltar que a realidade da criança e do adolescente no trabalho infantil, em Teresina, foi captada por três estudos realizados em 1990, 1996 e 2002 que, por adotarem metodologias diferentes, não são comparáveis, mas permitem uma visualização da situação no momento em que foram realizados. Os dois primeiros se circunscreveram a uma contagem, tendo a de 1990 identificado 1.468 crianças e adolescentes no centro e na zona leste de Teresina em situações de trabalho infantil ou não e, a de 1996, detectado a presença de 3.297 crianças e adolescentes em situações diversificadas, das quais 1.450 estavam trabalhando sozinhos, 367 com adultos e 226 esmolavam sozinhos ou com um adulto. Já a pesquisa realizada em 2002 identificou 1.358 crianças e adolescentes em situação de rua, dos quais 1.214 estavam trabalhando, 84 em outras actividades e 60 na mendicância. Rodrigues e Lima. (2003;431).

A escola e a Jornada Ampliada ainda são os únicos recursos que estes meninos e meninas dispõem para se sentirem sujeitos de direitos. A falta de interlocução entre a educação e a assistência social é sentida apesar dos mecanismos existentes. O grande desafio é saber a causa desta ausência. As acções das Jornadas Ampliadas às vezes são desprovidas de qualquer sentido, os responsáveis excedem-se das improvisações, pela carência de um controle ou monitoramento do trabalho desenvolvido.

Impacto do Peti.

Nos meses de Fevereiro e Março deste ano passei uns dias em contacto com estas crianças num bairro próximo das olarias. Nos vários horários onde a jornada ampliada é desenvolvida, conversei com 33 crianças e adolescentes que aceitaram responder ao questionário em anexo.

Observei aqueles orientadores ou professores, num local muito improvisado, sem condições físicas para desenvolver um trabalho mais sistemático com os meninos e meninas. As estruturas limitavam-se a umas poucas salas onde as crianças estudavam seus deveres escolares, uma quadra para a prática de esporte livre e um local para a merenda. A consciência de que era importante aquele trabalho desenvolvido assustou-me. Inclusive o pessoal da cozinha ia de sala e sala a perguntar: “quem quiser merendar, levante a mão” contava o número de crianças e voltava para preparar. Perguntei porque elas faziam isso: “Dona a gente não gosta de estragar comida”. Fiquei impressionada com a consciência da coisa pública daquelas pessoas e o melhor, transmitindo aos meninos e meninas o correcto. O processo de formação começava ali.

Conversando com os alunos senti um compromisso real em não mais trabalhar, mas quando lhe fiz esta pergunta todos falaram que não trabalhavam, o instrutor esclareceu que vender bombons, bolinhos e peças artesanais também era trabalhos, ficaram calados o que me fez deduzir que o trabalho infantil ainda resiste de uma forma disfarçada e negado tendo em vistas as exigências do PETI.

Os adolescentes em situação de risco social ficam em área separada, mas aqueles que demonstram vontade de participar ensinam os mais novos a desenvolverem seus trabalhos escolares, como se fosse uma grande família. É interessante a interação entre eles.

Um aluno de 16 anos contou-me que estava estudando para ter acesso à Universidade, queria fazer Medicina e a professora explicou que ele era o melhor aluno do colégio. Contou-me que, no ano passado, dos 20 primeiros lugares no vestibular das Universidades Públicas do Piauí 08 eram das escolas da Prefeitura de Teresina. No senso escolar do Brasil, as escolas do Município atingiram notas acima da média brasileira, constata-se uma mudança, lenta, mas real.

Conversei com outro aluno, de 17 anos, que estava afastado dos demais perguntando-lhe se iria fazer o vestibular naquele ano. Respondeu-me: andei brigando com a vida, agora parei e recomecei os meus estudos. Recebe uma bolsa de estudos especial do município. Então eu perguntei-lhe: agora não vai mais brigar com a vida? Respondeu-me: vou, apenas adiei a minha briga, tenho que ter ferramentas para recomeçar. Olhei para ele e disse se você não estudar não terá ferramenta que resolva este embate.

Três ou quatro jovens estavam ensinando aos mais novos, indaguei porque faziam isso, responderam: enquanto ensino faço a revisão para o vestibular.

Fiquei feliz ao saber que a educação está sendo a meta, mesmo quando a vida é muito dura.

São um laboratório de estudos, estas jornadas ampliadas do PETI.

Situação Encontrada, Fevereiro de 2009 na região das olaria

Produtos artesanais são expostos em locais onde os turistas passam ou vão a procura.



Fonte: Acervo Próprio

Num projecto especial da Prefeitura Municipal, em parceria com a Associação dos Oleiros, hoje os produtos são expostos à venda em pequenas casas coloridas e reformuladas, sem perder as suas características, numa rua que dá acesso ao encontro dos rios Poty e o rio Parnaíba, onde convergem todos os turistas que buscam a cidade. Promovendo assim um acréscimo das vendas e uma sensível melhoria da qualidade dos produtos expostos. Para quem conhecia a arte destes oleiros sente-se a técnica entrando na apresentação dos produtos e até mesmo na sua feitura. Encontrei vários adolescentes com seus livros estudando e atendendo os possíveis compradores, enquanto os pais davam continuidade ao fabrico dos artesanatos aos fundos. Mais tarde vi alguns alunos esperando o transporte para irem a escola. Eles ainda trabalham, mas agora têm mais idade e os livros já fazem parte do dia-a-dia destes jovens. Os olhos começam a enxergar novos horizontes.

Modelo de projecto habitacional



Fonte: Acervo Próprio

Adolescentes esperando o auto carro escolar....



Fonte: Acervo Próprio

**Fornos protegidos e trabalhador usando equipamento empírico para
carregar peso.**



Fonte: Acervo Próprio



CONCLUSÕES

“Brincar e aprender, trabalhar, quando crescer” (MTE, 2001)

Foi demonstrado neste espaço que o trabalho infantil é um fenómeno oriundo da história da actividade produtiva, e é pertinente à ordem económica brasileira, tendo como matriz a concentração de rendas e a geração de miséria. A forma de como a sociedade brasileira está organizada e como elabora a divisão dos bens colectivos é factor determinante. É um fenómeno multiforme. Como produtor de miséria, este modelo sempre contribui directamente para que as crianças e as famílias excluídas do processo, busquem alternativas de sobrevivências indignas e de uma forma cruel cria-se um verdadeiro gueto dentro de cada micro região brasileira.

Como um mergulho, a fiscalização do trabalho no Piauí, tomou conhecimento do mundo dos excluídos, realidade sentida e retratada na companhia das palavras ou pelas lentes de uma máquina fotográfica. Muitas vezes os olhos destas crianças embaçaram estas lentes. Olhos que se tornam desiguais pela exclusão através da pertença a um segmento estigmatizado socialmente. Uma sobrevivência em condições de grandes contrastes, sem expectativas de modificação através do trabalho formal, numa economia frágil e num mercado de trabalho exigente quanto a escolarização e a formação profissional.

Em 1997 o Ministério do Trabalho escreveu um Manual esclarecendo as metas que deveriam ser atingidas no Combate ao Trabalho Infantil e na Protecção ao Trabalhador Adolescentes. Continha uma chamada para reflexão de todos, pedia aos servidores que reflectissem sobre:

- *Num dos direito humano;*
- *Num país onde os direitos humanos são violados;*
- *Numa organização que lute pelos direitos humanos;*
- *Num direito que te seja negado na escola;*
- *Num cidadão que lute pelos direitos humanos;*
- *Num direito que todas as mulheres deveriam ter;*

- Num direito que toda criança deve ter;
- Num direito que teu país tem e que tu não tens;
- Numa violação de direitos humanos que te preocupe pessoalmente (Manual, MTE 1997)

É verdade que muito foi feito, mas ainda falta e muito para mudar-se o processo de exclusão dentro de outro processo de exclusão regional brasileira. Convém envolver novamente todos os seguimentos da Sociedade Civil, num processo educacional ao nível dos direitos, da criação e da emancipação, alertando para a permanência das cadeias económicas que ainda exploram o trabalho infantil e tornando públicos os exploradores. O PETI precisa ser mais abrangente, mais revolucionário, mais modificador, para alcançar-se o objectivo de produção de actores sociais transformadores e responsáveis pelas acções de expatriação da pobreza e de um real desenvolvimento de subjectividades emancipadas e emancipadoras.

Apresento as seguintes estratégias para um trabalho mais coerente e mais profundo em busca do rompimento desta sina de *Vida Severina*:

1. Envolver as Universidades Públicas e Privadas nas realizações de estudos avançados sobre os trabalhos desenvolvidos por estes meninos e meninas, constando uma sistematização dos dados colhidos pelo IBGE através das pesquisas de domicílios, incorporando também a realidade da região norte e principalmente as safras e intersafras da agricultura brasileira. Hoje não reflectem o dimensionamento do trabalho infantil. Existem falhas ou mesmo ausências de dados nas pesquisas oficiais, principalmente no trabalho informal, na agricultura familiar, e nas actividades que envolvem situações ilícitas destas crianças tais como o narcotráfico, o narcoplantio e a prostituição. Estas pesquisas serviriam para subsidiar as acções governamentais e não governamentais, em especial da UNICEF e OIT.
2. Análises mais realísticas dos impactos das políticas públicas no processo de inclusão social, das condições e das particularidades regionais e culturais bem como, das questões de etnia e de género. A articulação dos programas deve respeitar a vocação económica dos micros regiões, buscando-se consolidar o eixo trabalho e geração de renda com as actividades socioeducativas.
3. Criar vias escolares alternativas para o desenvolvimento destas crianças, respeitando-se a sua dificuldade em adaptar-se à escola formal. Dentro do

âmbito da educação, os professores, instrutores e demais profissionais devem ter o devido preparo para lidar com as crianças oriundas do trabalho e o conhecimento dos objectivos a serem atingidos, como se diz no quotidiano “vestir a camisa”.

4. Suprir as lacunas da legislação brasileira, principalmente:
 - a. No ECA, quando faz referencia ao Estatuto da Guarda de crianças e adolescentes por famílias, que no final se transformam em empregados domésticos, prática sempre utilizada no Brasil;
 - b. Tipificar como crime a exploração de crianças e adolescentes na área do trabalho;
 - c. Utilizar com maior vontade política os Sistema “S”: Sistema Nacional do Comercio, o da Indústria e o da Agricultura entre outros, para em conjunto com outros agentes sociais desenvolver profissionalmente estes meninos e meninas retirados do trabalho precoce.
 - d. Privilegiar os recursos logísticos do Ministério do Trabalho, Procuradoria do Trabalho, Promotoria Pública, Juizado da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares, buscando-se uma fiscalização integrada com acções mais eficazes na erradicação do trabalho infantil.

A difícil polémica que impõe o trabalho infantil, contém urgências e valores sociais fortemente implicados, precisa ser compreendida. Assim, não seriam programas meramente assistencialistas que viriam resolver esta mácula social. É nas práticas sociais que a justiça e o direito se qualificam, o trabalho Infantil é o campo de conflito.

Apesar de ter ratificado todos os tratados internacionais de Direitos Humanos, o Brasil ainda não consegue estabelecer políticas e locar recursos públicos, assegurando o acesso democrático à Justiça. Desta forma, só se pode falar realmente em eficiência, eficácia e efectividade de políticas públicas, se suas acções forem realizadas dentro de propostas democráticas e conseguirem o quase impossível - reverter os altos níveis de pobreza e de desigualdade social.

Priorizar no processo de desenvolvimento a inclusão social de mais de 30% da nação brasileira é muito importante, é emergencial, mas talvez o passo primeiro a ser dado seja um olhar mais analítico às desigualdades regionais que exacerbam o problema. A Constituição do Brasil é o marco do reconhecimento da dignidade humana, da liberdade, da igualdade, da pluralidade, da superioridade dos Direitos

Humanos todavia, o Brasil é marcada por uma profunda ruptura social que afasta regiões geográficas, classes sociais, homens e mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos, brancos, índios e negros. Em verdade afasta a NAÇÃO BRASILEIRA.

Ao terminar estas páginas apresento-me como brasileira, nordestina e sertaneja, nascida num país com muitos países dentro e profundamente dividido entre culturas e contrastes sociais. E foi a vontade de ser um contador de histórias que me fez capaz de ler e escrever sem saber e poder contar dos factos que acontecem neste grande processo de desenvolvimento do SER HUMANO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquidiocese de Teresina. UNICEF; ONU Fórum Estadual para Erradicação do Trabalho Infantil. Mapa do Trabalho Infantil no Piauí, (2002).

Cardoso, Ruth (1997). Discurso em Oslo.

Brandão, Tanya Maria Pires (1995). A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

Consolidação das Leis do Trabalho e Suas Alterações, Decreto –Lei, N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança e do Adolescente (2000), Pacto pela Paz-Subsídios à V Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Petrópolis: CONANDA.

Costanzi, Rogerio (2009). Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília: OIT/IPEA.

Constituição Federal do Brasil e suas Emendas (1988).

Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho/OIT

Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas/ONU.

Demo, Pedro (2000), Política Social do Conhecimento. São Paulo: Editora Vozes.

Delegacia Regional do Trabalho. Diagnóstico do Trabalho da Criança e do Adolescente no Estado do Piauí II (1999).

Ferreira, Virginia. Relações Sexuais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma análise da feminização dos Escritórios em Portugal. (2004).

Frigoto, Gaudêncio (1999). A Questão da incorporação de adolescentes no Mercado de Trabalho: O Social em Questão. Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC/RJ, Vol.7, 7-19.

Fórum Estadual para Erradicação do Trabalho; UNICEF; ONU .Mapa do Trabalho Infantil no Piauí Arquidiocese do Piauí (2002).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1998; 2008) Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Junior, Caio Prado (1957). Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense.

Lima, Antónia Jesuíta de (2003), As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley.

Lima, Teresinha Moreira (2001), Trabalho infantil: concepções e estratégias de enfrentamentos. São Luis: EDUFMA.

Ministerio do Trabalho e Emprego, Mapa de Indicativos do Trabalho Infantil Período de 1998 a 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego (1998), Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas. Brasília: MTE.

Ministério do Trabalho e Emprego (2004), Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Montenegro, Eliane (2006), A experiencia do Programa de Erradicação do Trabalho infantil em Maceió: uma análise ancorada na critica marxista. Maceió: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas.

Priore, Mary Del (2008), História das Crianças no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

Prefeitura Municipal de Teresina (2002), Projecto de Ações Integradas: PAI

Rizzini, Irene (2008), O Século Perdido: Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez.

Pillotti e Rizzini,(1995).Crianças e Adolescentes sujeitos de Direitos.

Rodrigues, Maria Aurenice M.F. (1998), Crianças e Adolescentes Trabalhadores de Rua: Como Vivem suas Famílias. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina

Rodrigues, Maria Aurenice; Lima, Antónia Jesuíta (2007), O Cenário Brasileiro Pós Cosntituição Federal de 1988 e a Intervenção Pública Sobre o Trabalho Infantil: Uma Reflexão Sobre a Realidade de Teresina. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, Vol. 6, N° 2, P. 425-442. Jul. /Dez.

Silveira, Caio; Amaro, Carlos; Campineiro, Débora (2000), Trabalho Infantil: Examinando o Problema, Avaliando Estratégia de Erradicação. Teresina: Núcleo de Acessoria Planejamento e Pesquisa / UNICEF.

Soares, Sergei; Pianto, Donald (2003), Metodologia e Resultados da Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Unicef e Governo Brasileiro (2002). Trabalho Infantil No Brasil: Questões e Políticas. Presidência da Republica

Unicef, (2004). Análise Situacional do Programa de Erradicação do trabalho Infantil.

United Nations Children's Fund (2000), Trabalho Infantil: Examinando o Problema, Avaliando Estratégias de Erradicação. Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa (2004), Análise Situacional do Programa de Erradicação do trabalho Infantil. Brasília: Ministério do Trabalho (2004), Relatório de Gestão do PETI. Brasília: Governo Federal.

Vianna, Oliveira (1988), História Social da Economia Capitalista no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. Cit. In. Amorim, Ricardo; Pochmann, Márcio (2006). Atlas da Exclusão Social. Vol. 3. São Paulo: Cortez.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS

Campos, André Luiz Vieira; Pochmann, Márcio; Amorim, Ricardo; Silva, Ronnie (2005), *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Vol. 2 e 3. São Paulo: Cortez Editora.

Castel, Robert (1997), *A Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ.

Cipola, Ari (2001), *O Trabalho Infantil*. São Paulo: PUBLIFOLHA.

Costa, Alfredo Bruto da (2007), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Editora.

Estanque, Elísio (1988), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*. Coimbra: Edições Afrontamento.

Ferreira, António Casimiro (2005), *O Trabalho Procura Justiça*. Coimbra: Editora Almedina.

Garcia, Carlos (1999), *O Que É Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Huzak, Iolanda; Azevedo, Jô (1994), *Crianças de Fibra*. São Paulo: Paz e Terra Editora.

Gouveia, Aparecida (1993), O trabalho infantil do menor: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (44): 55-62, Fevereiro.

Mello, Antônio da Silva; Vogel, Arno (1996), *Da Casa à Rua: A Cidade como Fascínio e Descaminho*. In Fausto, Ayrton; Cervini, Ruben. (org.), *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80*. São Paulo: Cortez Editora.

Pochmann, Márcio; Blanes, Denise; Amorim, Ricardo (2006), *Inclusão Social: uma Utopia Possível*. São Paulo: Cortez Editora.

SINAIT - Sindicato dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Santos, Aparecida de Fátima Tiradentes (2000), *Desigualdade Social e Dualidade Escolar: Conhecimento e Poder em Paulo Freire e Gramsci*. São Paulo: Editora Vozes.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora.

Telles, Vera da Silva (2004), *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34.

Veiga, João Paulo Candia (1998), *A Questão do Trabalho Infantil*. São Paulo: Coleção ABET - Mercado de Trabalho, Vol. 7.

ANEXO
Ouvindo os beneficiários do programa do Governo Federal PETI e/ ou
Bolsa Família.

Teresina, 12 de Março de 2009.

Contingente: 33 crianças e adolescentes

Período: 01 a 14 de Março de 2009

Local: NAI - Núcleo de Atenção Integral

Directora: Diana Félix

Bairro: Matadouro /Teresina/Piauí/Brasil

I. Dados Pessoais dos participantes do programa PETI e o programa Pró-Jovem para os maiores de 16 anos

I.1 Sexo

| | |
|--------------|----|
| Masculino | 15 |
| Feminino | 17 |
| Não informou | 01 |

I.2 Raça:

| | |
|--------------|----|
| Negra | 04 |
| Branca | 07 |
| Indígena | 02 |
| Mestiça | 17 |
| Não Informou | 03 |

I.3 Idade:

| | |
|--------------|----|
| 09 Anos | 01 |
| 10 Anos | 09 |
| 11 Anos | 07 |
| 12 Anos | 01 |
| 13 Anos | 05 |
| 15 Anos | 01 |
| 16 Anos | 04 |
| 17 Anos | 04 |
| Não informou | 01 |

I.4 Estudante

| | |
|--------------|----|
| Sim | 30 |
| Não | 00 |
| Não informou | 03 |

I.5 Série

| | |
|------------------------|----|
| 3ª série (fundamental) | 01 |
| 4ª série (fundamental) | 04 |
| 5ª série (fundamental) | 07 |
| 7ª série (fundamental) | 01 |

| | |
|------------------------|----|
| 8ª serie (fundamental) | 00 |
| 9ª serie (fundamental) | 01 |

| | |
|------------------------|----|
| 1ª serie (secundário) | 03 |
| 2ª serie (secundário) | 00 |
| 3ª serie (secundário) | 01 |
| Não informou | 15 |

1.6 Ensino

| | |
|--------------|----|
| Fundamental | 23 |
| Secundário | 09 |
| Não informou | 01 |

2. Desde quando faz parte do PETI ou outro programa governamental?

| | |
|--------------|----|
| 1 ano | 10 |
| 2 anos | 12 |
| 3 anos | 01 |
| 4 anos | 03 |
| 5 anos | 02 |
| Não informou | 05 |

3. Sua família participa de outro Programa do Governo Federaltais como bolsa família, fome zero ou outro?

| | |
|--------------|----|
| sim | 24 |
| não | 09 |
| não informou | 00 |

4. Você trabalhava antes de participar do programa?

| | |
|--------------|----|
| sim | 04 |
| não | 29 |
| não informou | 00 |

5. Ainda trabalha?

| | |
|--------------|----|
| sim | 02 |
| não | 30 |
| não informou | 01 |

6. Quantas horas por semana?

| | |
|-------------------|----|
| 2hrs e 30 minutos | 01 |
| 04 hrs | 01 |
| Não informou | 02 |

7. Participa da Jornada Ampliada, quantas horas por semana?

| | |
|-------|----|
| 05hrs | 01 |
| 12:30 | 09 |
| 20hrs | 17 |

| | |
|--------------|----|
| não informou | 06 |
|--------------|----|

8. Você sente que sua vida melhorou ao participar deste programa?

| | |
|--------------|----|
| sim | 31 |
| não | 02 |
| não informou | 00 |

9. Acha que de alguma forma o Programa lhe integra melhor à sociedade?

| | |
|-----|----|
| sim | 32 |
| não | 01 |

| | |
|---------------------|----|
| financeiramente | 08 |
| socialmente | 16 |
| aprendizado escolar | 25 |

10. Você se sente comprometido com o Programa, principalmente nas exigências da frequência escolar?

| | |
|--------------|----|
| sim | 29 |
| não | 04 |
| não informou | 00 |

11. Se você pudesse modificar o PETI o que faria?

Sugestão de todos:

*apenas 01 alunos não opinou.

- i. Mais professores: 11
- ii. Mais salas de aulas: 02
- iii. Um campo de futebol e outros esporte: 15
- iv. Salas de aulas, de vídeos, brinquedos e espaços sócias e educacionais: 11
- v. Mais organização e limpeza do prédio: 03
- vi. Curso de computação: 16
- vii. Curso de artesanato: 03
- viii. Mais passeios para conhecimentos da cidade: 03
- ix. Aulas de danças: 02
- x. Aulas de capoeira: 02
- xi. Cursos:02
- xii. Maior participação de alunos: 03
- xiii. Fardamento escolar mais confortável: 01

12. A idade limite de participação é uma exigência a ser alterada?

| | |
|--------------|----|
| sim | 20 |
| não | 12 |
| não informou | 01 |

13. A exigência da frequência escolar seria também alterada?

| | |
|--------------|----|
| sim | 20 |
| não | 12 |
| não informou | 01 |

14. Como você faria o controle desta frequência?

Sugestões:

- i. lista de frequência 10
- ii. sem castigos 02
- iii. fazer um telefonema 01
- iv. Utilizando um transporte próprio para buscar o aluno 01
- v. Contratar um psicólogo ou educador para incentivar o jovem a crescer 01
- vi. Participação do Conselho Tutela na escola 01

15. A família tem alguma participação no Programa?

| | |
|--------------|----|
| Sim | 21 |
| Não | 10 |
| não opinaram | 02 |

16. Qual?

- i. Cursos: 02
- ii. Reuniões e Palestras: 08
- iii. Vem saber no final do ano o que foi produzido: 01

* Os demais não responderam.

No questionário continha esta afirmativa:

Estas respostas servirão de dados na tese de mestrado cuja temática versa sobre o Trabalho Infantil e as Estratégias de Mudanças. Participe. O anonimato será garantido.

Perguntado a um professor ou como são denominados orientadores foi respondido: Profissionais da área responsáveis pela intervenção governamental

01. Desde quando o município é executor do PETI (período de actuação)

“Acho que desde 1997, se não estou enganado. Teresina parece ter sido a segunda cidade no Brasil a implantar Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

02. Possui Conselho Gestor do PETI? Qual a sua composição?

“Sim, mas não sei como é sua composição.”

03. Quais áreas foram identificadas com ocorrência de trabalho infantil no município?

“Eu acredito que na cidade tens várias áreas onde se pode ter evidências disso. Tem-se um número razoável de regiões com favelas e vilas. Pessoas que têm pouca condição financeira e isso pode favorecer a ocorrência de trabalho infantil.”

04. O PETI atende crianças e adolescentes de quais áreas?

Não respondeu.

05. Quantas crianças e adolescentes são atendidos pelo PETI no município?

“Não tenho nenhuma informação”

06. Quantas são as famílias atendidas pelo PETI no município?

“Não tenho conhecimento desse número”.

07. Qual o número de crianças e de famílias que já passaram pelo PETI?

“Sei que foram muitas mas não tenho essa informação”

08. Quais os valores unitários transferidos às famílias? Qual a parcela destes valores são provenientes do orçamento do município?

Não respondeu.

09. A jornada ampliada é desenvolvida por órgão público municipal ou por organização não-governamental?

“É desenvolvida por órgão público municipal através da SEMTCAS.”

10. Caso seja por organização não-governamental, quantos são os convênios para esta finalidade no município?

Não respondeu.

11. Quais as três actividades mais frequentes realizadas com crianças e adolescentes na jornada ampliada

“Actividades Pedagógicas.

Actividades Esportivas

Actividades Culturais”

12. Quais as três actividades mais frequentes realizadas com as famílias?

“ Nos NAIs, as famílias sempre são convidadas e participam de :

Actividades Culturais

Actividades Formativas tipo.”

13. O município possui dado de reincidência no trabalho infantil durante o atendimento?

Não respondeu.

14. Foi realizado algum estudo ou análise do processo de intervenção das políticas públicas nas famílias envolvidas?

Não respondeu.

15. A participação nestes programas tem promovido o acesso e a permanência nas escolas públicas, de crianças e adolescentes, oriundos do mercado de trabalho?

“Sim, uma vez que com o reconhecimento da bolsa evita a participação em qualquer tipo de trabalho infantil e a parceria NAI e escola(Jornada Ampliada) vai melhorar a situação escolar da criança/adolescente.”

16. A proposta da “jornada ampliada” contida no PETI, tem promovido ou promoveu efectivamente para o sucesso escolar ou mudanças do processo escolar?

“Sim, tem promovido consideravelmente o aluno no processo escolar. Muitos alunos têm crescido na escola formal com essa parceria da SEMTCAS e escola formal. Muitas mães procuram os NAIs, para matricular os filhos alegando que estão fracos na escola formal e precisam melhorar.”

17. O município possui outros programas que actuam no atendimento dos envolvidos no trabalho infantil?

“Sim. Casa de Zabelê.Casa de Metas. Escola Aberta”.

As demais perguntas não foram respondidas...

Foram realizadas algumas perguntas a outro professor ou orientador sobre os alunos e fomos informados:

“Os NAIs complementam o tempo integral de actividades às crianças e aos adolescentes, oferecendo almoço e uma merenda durante um expediente de 4 horas.

Acha que não tem fiscalização do comparecimento à escola. Desta forma a própria escola poderia comunicar aos gestores do programa a frequência do aluno. O programa é muito bom: afasta da rua, evita as drogas, ocupa com o esporte e com a as

aulas de reforço e mais tem o controle da saúde através da ida aos médicos que é obrigatória e à escola.”

Ouvindo os Gestores dos Programas de Intervenção social

Identificação dos órgãos pesquisados e responsáveis pelas informações

Gestores dos programas – SEMTCAS – Gerência de Protecção Social Especial

Assessoria técnica:

Profissionais da área responsável pela intervenção governamental

Gerente de Protecção Social Básica e Especial, Técnicos do CREAS,

Agente de Protecção Social, Coordenadores e Instrutores de jornadas ampliadas, técnicos do CRAS.

Desde quando o município é executor do PETI (período de actuação)

Resposta: desde o ano de 2000

18. Possui Conselho Gestor do PETI? Qual sua composição?

Resposta: possui uma comissão municipal de erradicação do trabalho infantil criada em 2000, composta pelos órgãos: SEMTCAS, SEMCAD (extinta), SEMEC, FWF, SOADF, ASA, Fundação da Paz. Entretanto a referida comissão está desactivada. Sendo que atualmente a SEMTCAS está buscando reactivá-la.

19. Quais áreas foram identificadas com ocorrência de trabalho infantil no município?

Resposta: anterior ao PETI, o município teve a iniciativa de trabalhar a questão devido a algumas áreas de forte incidência no município como: São Joaquim (olarias) e aterro sanitário (Vila São Francisco Sul).

20. O PETI atende crianças e adolescentes de quais áreas?

Resposta: actualmente atende crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil de diferentes áreas: sul, leste, sudeste, norte.

21. Quantas crianças e adolescentes são atendidos pelo PETI no município?

Respostas: 2.445 crianças e adolescentes

22. Quantas são as famílias atendidas pelo PETI no município?

Resposta: 2.445 famílias

23. Qual o numero de crianças e de famílias que já passaram pelo PETI?

24. Quais os valores unitários transferidos às famílias? Qual a parcela destes valores são provenientes do orçamento do município?

Resposta: R\$ 40, 00 por criança sendo:

- Financiamento federal
- e municipal

25. A jornada ampliada é desenvolvida por órgãos públicos municipal ou por organização não-governamental?

Resposta: Por ambos o município através da SEMTCAS executa de forma directa o PETI, como também executa em parceria com organizações não-governamentais, como: igreja católica, Associações (clube de mães), dentre outras

Caso seja por organização não-governamental, quanto são os convênios para esta finalidade no município?

Resposta: igreja católica - 2

Clube de mães - 1

26. Quais as três atividades mais frequentes realizadas com crianças e adolescentes na jornada ampliada?

Resposta: oferta de atividade socioeducativas, com a sistemática de oficinas, tais como:

1. Orientação pedagógica – acompanhamento das atividades escolares;
2. Oficinas de esporte, recreação e jogos;
3. Oficinas culturais (teatro/ dança/ musica).

27. Quais as três atividades mais frequentes realizadas com as famílias?

Resposta: encontros/ reuniões temáticas

Actividades festivas

Encaminhamento das famílias para acesso aos programas/ projecto e serviços da rede de atendimento, ofertado pelas demais políticas publicas.

28. O município Possui dado de reincidência no trabalho infantil durante o atendimento?

Resposta: Sim

29. Foi realizado algum estudo ou análise do processo de intervenção das políticas nas famílias envolvidas?

Resposta: não

30. A participação nestes programas tem promovido o acesso e a permanência nas escalas públicas, de crianças e adolescentes, oriundos do mercado de trabalho?

Resposta: Sim

31. A proposta da “jornada ampliada” contida no PETI, tem promovido ou promoveu efectivamente para o sucesso escolar ou mudanças do processo escolar?

Resposta: sim

32. O município possui outros programas que atuam no atendimento dos envolvidos no trabalho infantil?

Resposta: sim

33. Quais os voltados ao contingente envolvido?

Respostas: além das ações desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tem-se os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) com o atendimento as situações de reincidência, com atendimento psicossocial.

34. Foi realizada análise dos impactos obtidos na implementação destes programas?

Resposta: não

35. Projecto de capacitação/qualificação das famílias de crianças e adolescentes do PETI em Teresina da SEMTACAS surtiu os efeitos esperados de mudanças do perfil destas famílias?

Resposta: o processo de capacitação/qualificação das famílias aconteceu nos primeiros anos do programa, tendo sofrido descontinuidade nos anos seguintes, sendo retomados na actualidade com o projecto de Inclusão Produtiva. No momento não se tem um diagnostico dessa realidade.

36. Existem diagnósticos, dados estatístico, entrevista com os envolvidos ou outros elementos que possibilite uma análise destes impactos dentro da realidade encontrada?

Resposta: não

37. Com a Implantação do Programa Bolsa Família quais problemas gerados pelo processo de intervenção do PETI e este novo programa governamental?

Resposta: inicialmente, teve-se por parte das famílias uma incompreensão, pois, as mesmas não entendiam a integração do benefício nos valores estipulados. Achavam que deveriam continuar a receber o mesmo valor por criança independente do Bolsa Família. A lentidão da passagem de dados das famílias PETI para o Bolsa Família.

38. O município tem pesquisa dos dados comparativos dos benefícios do PETI e do PBF (Bolsa Família) segundo o número de crianças e de adolescentes em trabalho infantil pro família, se houve aumento ou redução pecuniária?

Resposta: não

Quais os efeitos percebidos pelos gestores na problemática do trabalho infantil, na mudança sofrida?

39. Quantas famílias estão amparadas pelo programa governamental Bolsa Família e PETI?

Resposta: em fase de atualização dos cadastros

40. Existem outros programas especiais voltados para as famílias que trabalham nas olarias do bairro Poty Velho?

Resposta: apoio financeiro aos oleiros em período de chuva.

E na vila próxima ao aterro sanitário do km 07 (catadores de lixo) a prefeitura tem política pública voltada para o afastamento das crianças e adolescentes desta atividade?

Resposta: existem escolas municipais (SEMEC), cobertura de um CRAS e unidades de atendimento com jornada ampliada da SEMTCAS.

41. A escola da vila tem atendimento especial da Secretaria de Educação do município para desenvolver políticas de desenvolvimento das famílias?

Resposta: sim. As escolas municipais além de projetos como escola aberta a comunidade com atividades interativas, possui também uma Bolsa incentivo junto as crianças e adolescentes e suas famílias

42. Qual a realidade sócio econômica encontrada pelo município quando da implantação das políticas públicas nesta duas áreas da cidade de Teresina?

43. Qual a realidade vivenciada pelos envolvidos atualmente?

Respostas: as famílias sobrevivem principalmente de trabalhos informais, esporádicos com renda oscilante. As atividades econômicas predominantes no km 07 são a horticultura e a seleção de materiais recicláveis oriundos do aterro sanitário, sendo que algumas famílias consomem alimentos impróprios para o mercado e que são depositados no aterro. Na região do Poty Velho, as famílias sobrevivem de atividades das olarias e hortas comunitárias.

44. Como é feito o controle dos captadores de lixo dentro do aterro sanitário, o acesso a permanência no local?

Resposta: não existem atualmente nenhum controle. No entanto está em fase de implantação um Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS – Reciclagem do Banco do Brasil (Agencia BB jóquei – PI) em parceria com o PMT, através da SEMTCAS e SEMDEC, os Correios, o SEBRAE, a Organização dos Cooperativas do Estado do Piauí, a Associação de Mercados da Vila São Francisco e Parque Dagmar Mazza, a UFPI, a Caixa Econômica Federal e a FUNASA, o qual objetiva regularizar a atividade de catadores do aterro sanitário fornecendo todo o aparato técnico, materiais de segurança e higienização bem como a estrutura de galpão para separação dos materiais e ações de incentivo a formação de cooperativa de catadores

45. Tem crianças e adolescentes na área explorada? Como é feito o controle?

Resposta: pontualmente sim. Existe um controle com uma equipe de segurança na área.

Opinião dos instrutores ou professores:

Resumo:

1. Quais áreas foram identificadas com ocorrência de trabalho infantil no município?

“Eu acredito que na cidade tens várias áreas onde se pode ter evidências disso. Tem-se um número razoável de regiões com favelas e vilas. Pessoas que têm pouca condição financeira e isso podem favorecer a ocorrência de trabalho infantil.”

2. Quais as três actividades mais frequentes realizadas com crianças e adolescentes na jornada ampliada?

“Actividades Pedagógicas. Actividades Esportivas. Actividades Culturais”

3. A proposta da “jornada ampliada” contida no PETI, tem promovido ou promoveu efectivamente para o sucesso escolar ou mudanças do processo escolar?

“Sim, tem promovido consideravelmente o aluno no processo escolar. Muitos alunos têm crescido na escola formal com essa parceria da SEMTCAS e escola formal. Muitas mães procuram os NAls, para matricular os filhos alegando que estão fracos na escola formal e precisam melhorar.”

Observação:

Foram realizadas algumas perguntas a outro professor ou orientador sobre os alunos que informou:

“Os NAIs complementam o tempo integral de actividades às crianças e aos adolescentes, oferecendo almoço e uma merenda durante um expediente de 4 horas.”

Acha que não tem fiscalização do comparecimento à escola. Desta forma a própria escola poderia comunicar aos gestores do programa a frequência do aluno.

“O programa é muito bom: afasta da rua, evita as drogas, ocupa com o esporte e com as aulas de reforço e mais tem o controlo da saúde através da ida aos médicos que é obrigatória e à escola.”

Observação:

Foram realizadas algumas perguntas a outro professor ou orientador sobre os alunos que informou:

“Os NAIs complementam o tempo integral de actividades às crianças e aos adolescentes, oferecendo almoço e uma merenda durante um expediente de 4 horas.”

Acha que não tem fiscalização do comparecimento à escola. Desta forma a própria escola poderia comunicar aos gestores do programa a frequência do aluno.

“O programa é muito bom: afasta da rua, evita as drogas, ocupa com o esporte e com as aulas de reforço e mais tem o controlo da saúde através da ida aos médicos que é obrigatória e à escola.”

Opinião dos profissionais da área responsável pela intervenção governamental:

Gerente de Protecção Social Básica e Especial, Técnicos do CREAS, Agente de Protecção Social, Coordenadores e Instrutores de jornadas ampliadas, técnicos do CRAS, também participaram da pesquisa respondendo um questionário, cito algumas das respostas:

I. Possui Conselho Gestor do PETI? Qual sua composição?

Resposta: “possui uma comissão municipal de erradicação do trabalho infantil criada em 2000, composta pelos órgãos: SEMTCAS, SEMCAD (extinta), SEMEC, FWF, SOADF, ASA, Fundação da Paz. Entretanto a referida comissão está desactivada. Sendo que actualmente a SEMTCAS está buscando reactivá-la.”

2. A jornada ampliada é desenvolvida por órgão público municipal ou por organização não-governamental?

Resposta: *“É desenvolvida por órgão público municipal através da SEMTCAS.”*

3. Quantas crianças e adolescentes são atendidos pelo PETI no município?

Respostas: *“2.445 crianças e adolescentes (Novo cadastramento estava sendo elaborado para aumentar o número de participante, o objectivo é atingir 3000 assistidos no município)”*.

4. Quantas são as famílias atendidas pelo PETI no município?

Resposta: *2.445 famílias*

5. Quais as três actividades mais frequentes realizadas com crianças e adolescentes na jornada ampliada?

Resposta: *“oferta de actividades socioeducativas, com a sistemática de oficinas, tais como:*

- 1. Orientação pedagógica – acompanhamento das actividades escolares;*
- 2. Oficinas de esporte, recreação e jogos;*
- 3. Oficinas culturais (teatro/ dança/ musica).”*

6. Quais as três actividades mais frequentes realizadas com as famílias?

Resposta: *“encontros/ reuniões temáticas, actividades festivas. Encaminhamento das famílias para acesso aos programas/ projecto e serviços da rede de atendimento, ofertado pelas demais políticas publicas.”*

7. O projecto de capacitação/qualificação das famílias de crianças e adolescentes do PETI em Teresina da SEMTCAS surtiu os efeitos esperados de mudanças do perfil destas famílias?

Resposta: *“o processo de capacitação/qualificação das famílias aconteceu nos primeiros anos do programa, tendo sofrido descontinuidade nos anos seguintes, sendo retomados na actualidade com o projecto de Inclusão Produtiva. No momento não se tem um diagnostico dessa realidade”*.

8. Com a Implantação do Programa Bolsa Família quais problemas gerados pelo processo de intervenção do PETI e este novo programa governamental?

Resposta: *“inicialmente, teve-se por parte das famílias uma incompreensão, pois, as mesmas não entendiam a integração do beneficio nos valores estipulados. Achavam que deveriam continuar a receber o mesmo valor por criança independente do Bolsa Família. A lentidão da passagem de dados das famílias PETI para o Bolsa Família.”*

9. Existem outros programas especiais voltados para as famílias que trabalham nas olarias do bairro Poty Velho e adjacências?

Resposta: *“apoio financeiro aos oleiros em período de chuva.”*

10. E na vila próxima ao aterro sanitário do km 07 (captadores de lixo) a prefeitura tem política pública voltada para o afastamento das crianças e adolescentes desta actividade?

Resposta: existem escolas municipais (SEMEC), cobertura de um CRAS e unidades de atendimento com jornada ampliada da SEMTCAS.

11. A escola da vila tem atendimento especial da Secretaria de Educação do município para desenvolver políticas de desenvolvimento das famílias?

Resposta: *“sim. As escolas municipais além de projetos como escola aberta a comunidade com actividades interactivas, possui também uma Bolsa incentivo junto as crianças e adolescentes e suas famílias.”*

12. Qual a realidade vivenciada pelos envolvidos actualmente?

Respostas: *“as famílias sobrevivem principalmente de trabalhos informais, esporádicos com renda oscilante. As actividades económicas predominantes no km 07 são a horticultura e a selecção de materiais recicláveis oriundos do aterro sanitário, sendo que algumas famílias consomem alimentos impróprios para o mercado e que são depositados no aterro. Na região do Poty Velho, as famílias sobrevivem de actividades das olarias e hortas comunitárias.”*

13. Como é feito o controlo dos captadores de lixo dentro do aterro sanitário, o acesso a permanência no local?

Resposta: *“não existem actualmente nenhum controle. No entanto está em fase de implantação um Projecto de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS – Reciclagem do Banco do Brasil (Agencia BB jóquei – PI) em parceria com o PMT, através da SEMTCAS e SEMDEC, os Correios, o SEBRAE, a Organização dos Cooperativas do Estado do Piauí, a Associação de Mercados da Vila São Francisco e Parque Dagmar Mazza, a UFPI, a Caixa Económica Federal e a FUNASA, o qual objectiva regularizar a actividade de captadores do aterro sanitário fornecendo todo o aparato técnico, materiais de segurança e higienização bem como a estrutura de galpão para separação dos materiais e ações de incentivo a formação de cooperativa de captadores.”*

14. Tem crianças e adolescentes na área explorada? Como é feito o controle?

Resposta: pontualmente sim. Existe um controle com uma equipe de segurança na área.